

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA  
REALIZADA EM OITO DE FEVEREIRO DE  
DOIS MIL E SEIS**

No dia oito de Fevereiro de dois mil e seis teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, a primeira sessão ordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2-Suspensão parcial do PDM Coimbra-Medidas preventivas-Plano de Pormenor da Arregaça;**

**Ponto 3-Protocolo entre a CMC e o Grupo Amador de Teatro de Taveiro-alteração;**

**Ponto 4-Desafecção de terreno do domínio público municipal:**

a)Parcela de terreno na Avenida Fernando Namora

b)Parcela de terreno na Rua Nova

c)Parcela de terreno na Lomba do Chão do Bispo;

**Ponto 5-Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, delegação de Coimbra-proposta de permuta de prédios urbanos na freg. Santo António Olivais;**

**Ponto 6-Comissão Municipal de Toponímia-alteração ao Regulamento;**

**Ponto 7-Programa Polis-Comissão de Acompanhamento - indicação do representante da AM;**

**Ponto 8-IteCons-Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção-adesão e estatutos;**

**Ponto 9-Proposta do Bloco de Esquerda - Orçamento Participativo;**

**Ponto 10-Regimento da Assembleia Municipal - propostas de alteração.**

**PRESENCAS:**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

**Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):**

Carlos Manuel Lopes Porto, António Maló de Abreu, Carlos Alberto Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, Francisco José Baptista Veiga, João Francisco Lencastre Campos, Maria Regina Martin Ferreira Pimpão, Ricardo José Gouveia de Jesus Cândido, João Paulo Barbosa de Melo, Maria Helena C. Moura Ramos, e Paulo Luís Cunha Almeida.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, José Manuel Rodrigues Passeiro, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder

Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Gaspar Barroca, Ricardo Luís Morais Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

António Reis Marques, José Manuel Ferreira da Silva, Isabel Maria Nobre Vargues, Abílio Vassalo de Abreu, Maria Ângela Pinto Correia, Maria do Carmo Correia dos Santos, Mário Manuel Guedes Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante e Frederico Fernando Valido.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel da Costa Veloso, José Carlos Santos Clemente, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes de Matos  
Faltou justificadamente o deputado José Augusto Correia Brito Xavier.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Fernando Jaime Alves Dias Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca e José Miguel Pacheco Gonçalves.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espirito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

**Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):**

Catarina Isabel Caldeira Martins e Serafim José dos Santos Duarte.

**PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores Horácio Augusto Pina Prata, João José Nogueira Gomes Rebelo, Mário Mendes Nunes, Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Luís Ranito da Costa Previdência, Álvaro Santos Carvalho Seco, Luís Malheiro Vilar e Jorge Filipe de Gouveia Monteiro.

**MESA:**

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto, que foi secretariado por Maria Ângela Duarte Pinto Correia como Primeiro Secretário e Margarida Maria Rodrigues Viegas, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato:

Deputado Carlos Manuel Dias Cidade pelo período de 10 dias com início no passado dia 7, nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – Maria do Carmo Correia dos Santos

Deputado João André Brás Tralhão pelo período de 8 dias com início a 5 do corrente mês, nos termos do artº 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foram eleitos pelo (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - Frederico Fernando Valido.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foram contactado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual foram eleitos pelo (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra - Frederico Fernando Valido.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia**

O Presidente da Assembleia disse que o deputado Carlos Cidade apresentou um pedido de retirada da agenda, relativo ao processo de desafecção de uma parcela de terreno do domínio público municipal, na Lomba do Chão de Bispo, pelo facto de o processo ainda não se encontrar em audiência pública. Com base neste argumento foi o mesmo retirado da agenda desta Assembleia.

Outro assunto apresentado pelo Presidente da Assembleia foi no seguimento da moção aprovada por esta Assembleia relativa à construção do novo Hospital Pediátrico, a qual foi enviada moção ao Sr. Ministro da Saúde e ao Presidente da ARS tendo este respondido o seguinte:

“Tendo o presente o ofício de V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup>. com a referência 02/2006, datado de 10-01-06, que muito agradeço.

Nesta oportunidade, é meu dever e gosto informar V<sup>a</sup>. Ex<sup>a</sup> e, por vossa gentileza, a ilustre Assembleia Municipal de Coimbra que não há nenhuma intenção no sentido de o novo Hospital Pediátrico não ser construído. As razões para o atraso são as que têm sido divulgadas. Por outro lado, as obras não estão paradas e, logo que as soluções técnicas sejam encontradas e validadas, haverá lugar ao retomar do ritmo normal de construção”.

Sobre este assunto o Presidente da Assembleia Municipal disse também que tinha estado com o Sr. Ministro da Saúde e ele manifestou a mesma intenção.

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):

“Boa tarde a todos!

Na anterior sessão da A. M. fui eleita para uma comissão de acompanhamento do Hospital Pediátrico, embora seja o assunto Hospital Pediátrico que me trás aqui, é em meu nome pessoal e da minha bancada que vou falar.

Começo por elogiar uma iniciativa conjunta do Conselho da Cidade de Coimbra, Observatório Português dos Sistemas de Saúde e Faculdade de Economia, que no passado dia 26, no Auditório da Faculdade de Economia debateu os problemas técnicos (ou não), para a construção do Hospital Pediátrico. O quão enriquecedor foi este debate, para o esclarecimento de mais um folhetim à volta de mais uma grande obra para a cidade de Coimbra, só pode negar quem lá não esteve e não leu a imprensa do dia seguinte. Se alguma dúvida havia de que os problemas técnicos têm constituído uma panaceia para a tutela justificar a redução de cabimentação de verbas de 13 milhões para 4 milhões de euros, ali ficaram completamente esclarecidas. A cronologia dos acontecimentos, mostra que a redução para menos de um terço das verbas no PIDDAC, foram anteriores à descoberta das anomalias técnicas,

aliás o próprio Presidente da ARS, logo que foi conhecido o PIDDAC fez declarações para a imprensa onde afirmava que os dinheiros não vinham do PIDAC, mas haveriam de ser poupados noutro lado qualquer, para que o Pediátrico se construísse. É verdade que, no referido debate, dos técnicos presentes, um geólogo, um engenheiro conhecedor do projecto, um credenciado professor de engenharia civil, entre outros, nenhum negou a possibilidade de ter que haver ajustes no projecto, de acordo com os problemas encontrados no terreno, inclusivamente o referido professor de engenharia civil, contou que até já tinha sido consultado para dar opinião sobre um problema detectado este até no sentido de poder “aligeirar” o projecto. Quem lesse o que a tutela nos impingiu, ficaria a pensar que se estava a construir o H.P. em cima de uma linha de água, ou mesmo de um rio, descoberto em ano de grande seca...

Segundo o professor geólogo presente, é evidente que há água na zona, como a há em toda a zona de Celas, onde as minas de água são frequentes. Nada que a engenharia civil não resolva em menos de 2 meses.

Se depois de todos os argumentos técnicos que ouvi, eu ainda tivesse dúvidas sobre a total responsabilidade do Ministério da Saúde no atraso daquela obra, tão crucial para a cidade e para toda a região centro, elas ficaram todas dissipadas, quando dei conta da ausência da representação da tutela naquele importantíssimo debate. Estavam médicos e outros técnicos do Hospital Pediátrico em peso, estavam técnicos de engenharia e geologia, estavam administrativos hospitalares, estava o Reitor da Universidade, estava o Senhor Presidente da Câmara, mas a tutela, na pessoa do Presidente da ARS, Dr. Fernando Regateiro, expressamente convidado para o efeito, depois de ter confirmado a presença, avisou meia hora antes que não comparecia. Tamanho desrespeito pela Cidade e por uma iniciativa destas, só nos pode levar a uma conclusão: É muito fácil falar em problemas técnicos nos jornais, quando não há contraditório!!! Quando os técnicos estão presentes a questão torna-se bem mais difícil, principalmente quando a demagogia e a falta de frontalidade imperam!!

Não quero contribuir para a diminuição da auto-estima e para o aumento de depressão de todos nós, mas o desprezo por esta cidade, por parte do governo central tem vindo em assustador crescendo!

E os deputados por este distrito o que é que têm feito por ele? Pela consulta das actas do executivo camarário pudemos ver que no dia 15 de Dezembro o Sr. vereador Victor Baptista, que já poucos se lembrarão, mas que também foi eleito para a Assembleia da República, votou contra uma moção apresentada pelo vereador da CDU, Jorge Gouveia Monteiro onde se dizia e passo a citar “*A Câmara Municipal de Coimbra, coerentemente com posição tomadas no passado recente, está atenta à construção do Hospital Pediátrico e em sintonia com as preocupações manifestadas pela população, utentes e profissionais do Hospital acerca da evolução da obra, por todos considerada da mais alta prioridade.*”

E votou contra alegando que, e passo a citar “*a mesma poderá ser interpretada do seguinte modo: “o município de Coimbra e os seus cidadãos querem a construção do Hospital e o Governo não quer”*”. Já se passaram quase dois meses após a aprovação desta moção com o voto contra dos vereadores do PS. Eu pergunto o que é que eles já fizeram, nomeadamente os que circulam pelos corredores de S. Bento e que mantêm relações

privilegiadas com a tutela para desmentir que efectivamente “ *o município de Coimbra e os cidadãos querem a construção do Hospital e o Governo não quer*”?

Mas já agora permitam-me fazer aqui uma demonstração pela redução ao absurdo, método que os mais familiarizados com a Matemática conhecem.

Vamos supor que a tutela tem razão e que se trata de um problema técnico tão grave que em nove meses não foi possível resolver, então estamos perante um caso de polícia, há técnicos envolvidos, projectos assinados, responsabilidades civis e criminais...já foram accionados meios legais? já há arguidos? Admitimos que condenados ainda não dada a lentidão dos tribunais, mas quase um ano para constituir arguidos não chega? Quem são os advogados da tutela? Segundo sabemos a resposta a todas estas questões é, não. Logo, se não há responsáveis não há problema. Acabamos por fazer uma demonstração matemática da ausência de problema técnico. Mas com isto, infelizmente, não é tão exacto como a Matemática, resta ainda uma alternativa, que é a mais tenebrosa delas todas:

Estaremos perante mais uma derrapagem financeira premeditada em poucos ganharão muito à custa de nós todos e da saúde das nossas crianças?...

Face a todas estas dúvidas e desconfianças vou propor que a comissão de que faço parte peça entrevistas ao Sr. Presidente da ARS, à administração do CHC e faça apelo a outras AM da Região Centro que tomem posição sobre tão grave desrespeito pelos cidadãos e principalmente pelas crianças da região centro.”

Outro assunto abordado pela deputada Margarida Viegas, considerando que não podia deixar de falar, e considerando também que a palavra "choque" está muito na moda, disse ao Senhor Presidente da Câmara que estava em estado de choque, ao ver, quando passou na Praça da República os "carrinhos de choque".

Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas:

“Com o título "Autarquia aprova início do processo mas com condicionantes para o terreno da Escola Universitária Vasco da Gama", tive conhecimento e os habitantes da freguesia de Castelo Viegas também, pelas notícias dos jornais da nossa praça do dia 11 de Janeiro de 2006.

Como sabem, este grande espaço está na freguesia de Castelo Viegas e constitui uma das jóias da coroa da autarquia.

Quem conheceu o estado de abandono a que esteve dotado aquele espaço por muitos anos e assistiu à sua recuperação só poderá estar grato ao esforço ali despendido, pois caso contrário, o estado de degradação era tão galopante que hoje estou convicto que a sua recuperação seria praticamente impossível em zonas sensíveis do Mosteiro.

A relação existente entre a Junta de Freguesia e a Escola Universitária Vasco da Gama sempre foi boa, e no tempo do Sr. Professor Canha convivi e cooperamos de forma cordial e aberta.

A freguesia de Castelo Viegas ambiciona como qualquer outra que o desenvolvimento se faça, e ali cresçam obras e projectos que contribuam para o seu engrandecimento, mas não a qualquer preço.

Esta freguesia é conhecida pela sua mancha verde, prejudicada pelos fogos do último Verão, mas não perde a esperança de que tudo volte ao normal. A zona

abrangida pelo Mosteiro de S. Jorge de Milreu, conhecida por Mata de S. Jorge, não devo andar fora da verdade se a considerar a seguir à Mata de Vale de Canas, como de grande valor paisagístico e ambiental, a sua florestação feita do essencial por carvalheiros e sobreiros, dava-lhe mesmo uma importância *sui generes*.

Na margem esquerda do Mondego naquele local, estende-se uma planície protegida, muito bem ordenada, contemplando a agricultura biológica praticada pela Instituição, até uma associação de viveiristas que ali, numa extensa área, cultiva os pés mães, único em Portugal naquela área que consiste no primeiro passo à criação de árvores com nome quando recebe a borbulha ou garfo.

A mata segundo as leis, entretanto criadas, obriga a reflorestação, embora atrasada, começa agora a ser discutida e descansa-nos.

Perante este condicionantes, vem aqui a pergunta que se impõe. O que resta, chega para a falada área construtiva que inclui ampliação do edificado existente, edifícios escolares, residências para estudantes e outras de habitação.

Se não fosse a leitura feita nos jornais, lamentavelmente estaria a Junta de Freguesia a zero, da leitura também não consigo perceber todo o Plano de Pormenor, pelo que agradeço ser informado.

A página 5 do Diário de Coimbra, desse dia 11 de Janeiro de 2006, relata dois casos em que a democracia representativa está pobre. Quanto ao previsto para a zona da denominada Universidade Vasco da Gama, a Junta de Freguesia de Castelo Viegas, nunca teve por parte deste executivo uma palavra ou troca de impressões sobre o assunto, na mesma página queixava-se o Carlos Clemente por não fazer parte do júri das propostas para a cobertura das ruas da baixa, coincidências que nos deixam preocupados.

Comigo a Câmara só teria a ganhar pois andei por ali muito à procura dos ninhos de melro, com medo que aparecesse a cobra que tinha sete cabeças e que se dizia andaria na Mata de S. Jorge.

Quanto ao Carlos Clemente, embora o seu maior conhecimento seja o de outras coberturas, também caía bem naquela comissão a fim de dar conhecimento como ele diz e bem, a quem ele representa.

Andou-se quase na perfeição no anterior mandato quando se convidava as Juntas a dar as suas opiniões. Foi-se morrendo e hoje somos ignorados em muitas matérias.

Devia V. Ex<sup>a</sup> Senhor Presidente dar um novo ânimo a esta relação e proponho que o faça já a discutir connosco o estado caótico da maioria dos cemitérios nas nossas freguesias, e o estado em que se encontram as infraestruturas de saneamento antigas, tão ou mais prejudiciais que a ausência de saneamento.”

Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra

Srs. Vereadores

Sr. Deputados Municipais

Srs. da Comunicação Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O lugar do Zorro, na Freguesia de Torres do Mondego, deixou de ser o final de uma estrada sem saída, está concluída a primeira fase da ligação do C. M.

1150 ao C. M. 1151, obra importante para todos os Municípios, sobretudo para os habitantes deste lugar, que há tantos anos esperavam esta benfeitoria, fruto de um protocolo da Câmara Municipal com o Regimento de Engenharia Militar de Espinho, e, com um projecto de traçado mandado fazer por esta Junta de Freguesia há cerca de 13 anos. Falta agora o finalizar da obra, ou seja as passagens de água/encaminhamento para as devidas linhas de escoamento naturais e o asfaltamento da mesma para que uma qualquer trovoada não danifique todo o trabalho de Engenharia Militar.

Outra questão que aqui trago é sobre a Praia Fluvial, sendo esta uma belíssima zona de lazer frequentada por milhares de utentes tanto no verão como no inverno, por isso, vimos aqui reiterar o pedido de apoio necessário para a construção da tão almejada ponte acima da cota de cheia, para que o anti-projecto de requalificação da Praia Fluvial, por nós entregue nesta Câmara Municipal, tenha o devido acompanhamento e posterior execução deste equipamento, que para nós é já uma referência para além do nosso distrito. Espero que a iluminação pública na zona de estacionamento na margem direita seja uma realidade este ano, ainda, antes da abertura oficial da época balnear.

Foi antes de outubro, já longínquo, assinado o auto de construção do saneamento para os Lugares de Vale de Canas, Casal da Misarela e Misarela e até agora quase cinco meses depois nem uma pedra de calçada foi levantada para dar início efectivo a uma obra que tanto tarda."

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):

"Senhoras deputadas

Senhores deputados

Na última reunião desta Assembleia, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda trouxe à vossa consideração uma série de factos, da maior gravidade, relativos ao empreendimento Jardins do Mondego. Na ocasião, pedimos explicações ao Sr. Presidente da Câmara sobre a violação de zona verde definida em PDM por dois lotes do empreendimento, atestado por técnicos da própria Câmara em documentos constantes do processo. Salientámos a responsabilidade do executivo do Dr. Carlos Encarnação no licenciamento de um estacionamento de 137 lugares na referida zona verde e a estratégia defensiva ziguezagueante, repetidamente utilizada pelo Presidente da Câmara e pelo vereador João Rebelo, os quais ora afirmam não existir irregularidade alguma, ora, sem admitir expressamente a existência dessa irregularidade, tentam imputá-la exclusivamente ao executivo anterior, de maioria PS. Estratégias que, aliás, o Dr. Carlos Encarnação reeditou, na mesma reunião, ao enunciar uma série de deliberações camarárias, relativas ao empreendimento, datadas, todas elas, de 1994 a 1998, ou seja, omitindo, intencionalmente, todos os actos deliberativos do seu próprio mandato. Ao mesmo tempo que afirmava, perante esta Assembleia, que o Bloco de Esquerda consultara mal o processo, o Dr. Carlos Encarnação revelava um assinalável lapso de memória: esquecia a deliberação camarária nº 4892/2004, de 16-08-2004, que ele próprio assinara, e que concedia um aditamento ao alvará de licenciamento do empreendimento Jardins do Mondego, permitindo a construção de um lote ilegal.

O Sr. Presidente da Câmara foi mais longe, secundado, como não podia deixar de ser, pela obediente bancada da direita, acusou os deputados do

Bloco de Esquerda de tentar confundir e mistificar a opinião pública. Poucos minutos antes, o deputado Maló de Abreu, que por coincidência rematou o período antes da ordem do dia, considerar irresponsável a intervenção do Bloco de Esquerda.

Ora, cerca de uma semana após estes acontecimentos, a CCDR-C emitiu, a pedido do Procurador do Ministério Público, um parecer que confirma, exactamente, as denúncias que o Bloco de Esquerda havia feito perante as senhoras e os senhores deputados. Mais: o Procurador do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra desencadeou uma acção judicial, colocando no banco dos réus a Câmara de Coimbra e a construtora do empreendimento, devido, exactamente, à mesma irregularidade que o Bloco de Esquerda denunciara nesta Assembleia. Ao considerar existir matéria de facto para colocar a Câmara em tribunal, o Ministério Público vem confirmar a veracidade e rigor do que o BE aqui afirmou, e prova claramente que a tentativa de mistificar a opinião pública não foi do BE, e sim do Dr. Carlos Encarnação. Prova ainda que os deputados do Bloco de Esquerda agiram de forma absolutamente responsável e que cumpriram da melhor forma as funções para que foram eleitos, enquanto membros do órgão fiscalizador que é a Assembleia Municipal.

O mesmo, não se pode dizer do senhor Presidente da Câmara que pretendeu ocultar e camuflar uma ilegalidade devido à qual, em caso de condenação pelo tribunal, poderá perder o mandato. Ao mesmo tempo, tentava difamar e desacreditar a única força política que, dentro e fora desta Assembleia, exigiu as devidas explicações relativas à violação do PDM pelo empreendimento Jardins do Mondego. O senhor Presidente da Câmara tentou silenciar-nos, à semelhança do que fizera, aliás, o ex-Director Municipal da Administração do Território e Presidente da Académica-OAF, José Eduardo Simões, ameaçando com processos judiciais algumas personalidades ligadas ao BE. Recusamos liminarmente estas tentativas pouco honestas, e elas sim irresponsáveis e palavrosas, de calar quem fala com fundamento. E continuamos a exigir o que é devido a esta Assembleia e aos cidadãos e às cidadãs de Coimbra: que aqui e agora o Presidente da Câmara assuma as suas responsabilidades no caso e explique, claramente, o que motivou o licenciamento ilegal de construção em zona verde. É obrigação do Dr. Carlos Encarnação expor devidamente a esta Assembleia as razões que o levam a assinar um aditamento a um alvará, sabendo que a construção em causa viola o PDM e põe inclusivamente em causa um projecto que a Câmara apresenta publicamente como relevante: o projecto link relativo a uma ligação verde da mata do Jardim Botânico à margem esquerda do Mondego, passando pelo Parque Verde e pela ponte pedonal.

Nunca é demais recordar que o caso Jardins do Mondego é já o segundo que coloca o executivo PSD, do Dr. Carlos Encarnação, no banco dos réus. O mesmo aconteceu no caso Eurostadium que, incrivelmente, aguarda decisão judicial há mais de um ano. Não é demais recordar, também, os contornos semelhantes dos dois casos, que parecem configurar um triângulo de relações entre a autarquia, os promotores imobiliários e o futebol, triângulo cujo centro, ao que tudo indicia, terá sido José Eduardo Simões. Não será o mesmo triângulo de relações perigosas a explicação plausível para o estranho caso da moradia de um alto quadro de outro dos patrocinadores da Académica, a qual excede em mais de mil metros quadrados o projecto aprovado, viola o PDM e



abre acesso ilegal directo à circular interna? Também a este respeito exigimos do Sr. Presidente da Câmara as devidas explicações, aguardando ansiosamente pelo resultado do inquérito interno que afirmou vir a promover. Mas também lhe queremos lembrar, Dr. Carlos Encarnação, que as suas afirmações, depois do que afirmou repetidas vezes sobre a demolição dos oitavos pisos dos “Jardins do Mondego”, e que não há maneira de acontecer, não têm como merecer crédito aos cidadãos e às cidadãs de Coimbra. Ao contrário do que afirmou durante a campanha eleitoral, Sr. Presidente, estas não são questões que digam respeito ao foro íntimo de quem quer que seja. São questões fundamentais de transparência no exercício dos poderes, são questões de interesse público, que a simples substituição do Director Municipal não resolve e que, esperamos, a acção judicial agora desencadeada pelo Ministério Público permita esclarecer devidamente. Melhor seria, porém, se o Sr. Presidente as esclarecesse aqui e agora, perante esta Assembleia, a qual, na última reunião – permitam-me recordá-lo – afirmou unanimemente defender a reposição da legalidade neste caso. Repor a legalidade passa pelo desenredar definitivo de todas as teias, doa a quem doer. Coimbra não é Gondomar.

Aproveite ainda, senhor Presidente da Câmara, para desenredar a teia que parece estar a ser preparado em S. Jorge do Milreu e onde aparentemente se anunciam irregularidades mais graves que a do Jardins do Mondego, a coberto de incompatibilidades éticas e políticas profundas, como a que é protagonizada pelo vereador Marcelo Nuno, que recentemente me acusou de sujar a democracia e cuja declaração de rendimentos não consegui ver publicada em lado algum, certamente por defeito meu. O facto de o vereador Marcelo Nuno ter abandonado a reunião camarária que aprovou o início do Plano de Pormenor para S. Jorge do Milreu não anula as interferências que este membro do executivo pode ter num processo em que a multinacional TCN, na qual desempenha funções de relevo, é uma das principais interessadas. Principalmente, tratando-se de um negócio cujos contornos são tudo menos claros e que depende fundamentalmente do beneplácito da Câmara, uma vez que se trata de uma intervenção que contraria manifestamente as disposições urbanísticas em vigor no local. Como se explica que o executivo do Dr. Carlos entregue a uma empresa privada e absolutamente misteriosa – a inglesa Ebony Concepts, possivelmente uma testa de ferro da Tamcrone/TCN - a elaboração de um Plano de Pormenor, que, por lei, cabe à autarquia, sendo que, a haver entrega a privados, ela apenas pode acontecer através de concurso público? Como se explica que o executivo do Dr. Carlos Encarnação coloque nas mãos desta empresa a decisão da possibilidade de construir 60 000 metros quadrados numa zona definida em PDM como quase exclusivamente RAN e REN, com pendentes médias de 30% orientadas a Norte, e cuja área Residencial Núcleo, permitirá três mil metros quadrados em edifícios, se tanto? Trata-se, fundamentalmente, de uma zona interdita à construção: ignorá-lo-á a Câmara ou tê-lo-á esquecido, a pedido da TCN? Ao promover este Plano de Pormenor, da forma anunciada, é a própria Câmara que abre a porta à violação da lei urbanística e do interesse público que foi eleita para cumprir e defender. Um acto de tal gravidade é motivo mais do que suficiente para que esta Assembleia exija do vereador Marcelo Nuno a suspensão de um mandato que parece servir, não os interesses de Coimbra, mas os da TCN. Saliente-se que o vereador Marcelo Nuno, ao serviço da mesma empresa, está a concretizar no Europarque da

Feira negócios que podem a qualquer momento concorrer com os interesses do município de Coimbra na Plataforma Logística da Pampilhosa, Santa Luzia, a apenas 40 km da Feira. Que outros interesses de Coimbra serão sacrificados à cobiça da TCN, por intermédio do vereador?

O executivo do Dr. Carlos Encarnação parece ter assumido como missão a criação do caos e das vergonhas urbanísticas na cidade. Certamente que, desta forma, conquistará as boas graças, as boas notas e os apoios políticos de muitos amigos, escolhidos a dedo, mas ficará tristemente na história de Coimbra. Esta registará com toda a certeza a violência e a incompetência da intervenção urbanística em curso no planalto de Santa Clara, onde, mais uma vez, não se favorece a cidade, mas a especulação imobiliária. Onde não existe, de facto, planeamento urbanístico, e sim uma intervenção que ignora o espaço público, os equipamentos e o património monumental existentes; uma intervenção profundamente incoerente, confusa, atabalhoada, desarticulada, segmentada, sem sentido, com um exageradíssimo número de fogos, debruados por um concentradíssimo e desmesurado labirinto rodoviário mal desenhado, conduzindo o trânsito de forma inadequada, e com as inevitáveis rotundas que a Câmara teima em confundir com espaços verdes, ao mesmo tempo que abate indiscriminadamente árvores protegidas.

Há alguns anos atrás, o Dr. Carlos Encarnação, ironizando, propunha que a Praça do Bota Abaixo recebesse o nome do respectivo responsável, seu antecessor no cargo. Pois convém igualmente que as gerações futuras conheçam os responsáveis pela vergonha urbanística e pelo descalabro paisagístico que esta maioria PSD criou para o planalto de Santa Clara. Propomos assim que a Torre do Fórum Coimbra, que hoje pacovamente rivaliza com a da Universidade, passe a chamar-se “Torreão Carlos Encarnação”, e que os viadutos que a Câmara se prepara para inaugurar se intitulem “viadutos José Eduardo Simões”, em nome dos milhões que o ex-director municipal poupou à empresa promotora do Fórum, não construindo os túneis que constituíam a opção urbanística adequada ao local e melhor correspondiam ao interesse da cidade. Carlos Encarnação e José Eduardo Simões são os únicos topónimos que semelhantes mamarrachos merecem. Coimbra é que não merece a Câmara que tem.”

Intervenção do deputado municipal José Miguel (CDU):

“Boa tarde a todos os presentes

A minha intervenção visa unicamente tocar o assunto Metro Mondego, tendo em conta, que este, para além de ser um projecto importante para a cidade de Coimbra, é também, hoje, um projecto com um processo aberrante pela história que carrega, suportando a razão dos cidadãos descrentes na política, nos políticos, e nos serviços do Estado.

Poderia começar esta intervenção, por dizer, que Portugal, irá pagar caro, as más orientações que tem tido em matéria de política de transportes ao longo das 2 últimas décadas, quando chegar a hora de acertamos contas com os compromissos que assumimos no Protocolo de Quioto;

Poderia chamar-vos a atenção, de que somos o pior país da Europa, no cumprimento das metas estabelecidas neste protocolo, por nós, assinado e rectificado.

Poderia lembrar-vos, que hoje, as questões da mobilidade são essenciais na qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento económico de qualquer cidade.

Poderia lembrar-vos, mais uma vez, que segundo um estudo efectuado pela Comissão Europeia e divulgado no final do ano passado, que Portugal é dos países da União Europeia onde mais se espera por um transporte público e que Coimbra está no grupo das 20 cidades, das 258 estudadas, com pior transporte público.

Poderia dizer-vos, que de facto, o eléctrico rápido é o transporte público urbano por excelência...

Quer pela sua rapidez, pela preferência dos cidadãos, pelas questões ambientais, pelas questões urbanísticas, etc etc.

Poderia salientar-vos, que esta é opção que tem sido tomada em quase todas as grandes cidades com problemas de saturação automóvel e que a sua implementação é tanto mais difícil e cara, quanto mais tarde as decisões são tomadas.

Mas não foi para recalcar as razões, já dezenas de vezes proferidas e debatidas, da opção pelo eléctrico rápido, que queria intervir.

O que queria efectivamente salientar e dizer nesta intervenção é que é uma aberração e um desrespeito pelos cidadãos em geral, que se ande há 10 anos a discutir um projecto, e a condicionar uma cidade, com esse mesmo projecto, e que cheguemos ao dia de hoje e não saibamos se vamos, ou não, voltar à casa da partida, se vamos ou não, iniciar a corrida sem mais interrupções, ou se, vamos mesmo, e depois do tempo dedicado, do dinheiro despendido, das expectativas criadas, cancelar a corrida.

Esperamos há mais de 8 anos uma decisão do Governo relativa a esta obra de especial importância para a cidade.

O mínimo que se exige, é que digam se querem ou não querem o metro...

Se querem...

Que tipo de projecto é que defendem e para quando...

É o que está...é o que está com alterações ... é outro completamente diferente...

Tudo o resto, é andarem... e desculpem o termo... é andarem a empalhar todos os cidadãos de Coimbra independentemente da sua cor política.

E não nos venham dizer que a decisão é muito difícil, porque tudo o que estava para trás estava mal feito, e agora, tem de ser tudo estudado de novo...

Projectos com dimensões, características e implicações que em nada têm a ver com as do projecto Metro Mondego, com por exemplo, o aeroporto da OTA ou o TGV, tiveram a definição do Governo em curto espaço de tempo.

É que, se de facto o Governo não quer, ou só quer daqui 5 ou 10 anos, deixemos de gastar dinheiro ao erário público com uma sociedade que tem custos sem trazer os respectivos benefícios, deixemos de perder tempo a falar do metro e de gastar esforços numa discussão completamente infrutífera,

deixemos de condicionar os projectos para a cidade na ilusão do transporte rápido.

O que se exige acima de tudo é que de facto o Governo diga o que quer e assuma essa sua opção.

É caso para perguntar...

Por quanto mais tempo Coimbra continuará a ser projectada, urbanisticamente, contando com um projecto para o qual não parece haver, por parte da administração central, vontade para o fazer.

Para a CDU, esta Assembleia Municipal não pode abdicar de desempenhar o seu papel nesta questão, sob pena de poder ficar também responsável, por omissão, por todo este processo desastroso.

E por isso, a CDU propõe a esta Assembleia o seguinte:

A criação de uma comissão composta por um membro indicado por cada grupo, especificamente destinada a solicitar audiências com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e com a Comissão Parlamentar da Obras Públicas, Transportes e Comunicações e com o objectivo de se constituírem em delegação que represente esta Assembleia nas referidas audiências.

O propósito destas audiências deverá ser:

Dar conhecimento de todo o processo conturbado que envolve este projecto;

Manifestar a importância deste projecto para a cidade de Coimbra;

Manifestar a indignação dos cidadãos de Coimbra pelo contínuo adiamento desta obra da responsabilidade da Administração Central pelos prejuízos daí inerentes;

E por último...

Reclamar respostas do Governo sobre o Projecto Metro Mondego, nomeadamente:

Se quer, ou não, o Eléctrico Rápido de Superfície para Coimbra e se quer, que tipo de Projecto pretende implementar e quando.

Esta comissão poderá vir a ter outras incumbências, se assim esta Assembleia o entender em próximas reuniões.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"A primeira pergunta que gostaria de fazer, é a seguinte:

Não sei o que prevê o regimento, mas os deputados municipais têm ou não de aprovar as actas das Assembleias Municipais, porque nas últimas sessões nós não fomos chamados a votar as actas. E penso que não deverá estar juridicamente correcto este tipo de procedimento.

Aliás, algumas lacunas nas próprias actas não por deficiência de quem as faz, obviamente, mas às vezes pela transcrição da cassete, as coisas deviam aqui ser corrigidas, discutidas e votadas.

A segunda questão, que trago aqui é a seguinte:

Depois do que foi aqui dito, nem tudo é tão negro dentro do município de Coimbra como as pessoas às vezes tentam traçar, opinião de uns que respeito, e a opinião de outros que eu tenho que saudar.

O facto é que tenho de saudar a intervenção que está a ser desenvolvida na Freguesia de S. Bartolomeu, relativamente ao estacionamento na freguesia de S. Bartolomeu.

Fala-se muito em Centro Histórico, mas depois na prática as coisas não passam de um processo de intenções. É lamento que na última reunião do executivo houvesse vereadores que votassem contra o que o executivo propôs. E isto acontece, porque a informação que vem à sessão de Câmara, por vezes vem mal instruída, porque estou convencido que se o processo viesse devidamente preparado a votação seria de outra forma. Gostaria imenso, que este processo de estacionamento da Baixa de Coimbra, concretamente na Freguesia de S. Bartolomeu fosse a provado por unanimidade e entristeceu-me o que li nos órgãos da comunicação social, porque acho que não é justo votar contra questões que afastam moradores da Baixa de Coimbra, e afastam de facto as pessoas de morarem no núcleo da Cidade.

Produz-se muitos *fait-divers* à volta da Baixa, criam-se estruturas e depois as coisas não têm andamento e são desagradáveis.

Penso o que está a ser executado pela Câmara, na qual o Presidente da Junta participou e deu algumas achegas está e vai ser feito. É de saudar e de agradecer em termos autárquicos, porque vamos ter possibilidade de finalmente os moradores da Baixa terem as suas viaturas, não debaixo da cama obviamente, mas em lugar digno.

Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores entendam que as Juntas de Freguesias foram eleitas como V.Ex<sup>a</sup> Sr. Presidente da Câmara foi eleito, com o voto secreto dos cidadãos de Coimbra.

E o que acontece é que mais uma vez, e agora já não é descuido, para a comissão daquela obra faraónica que V.Ex<sup>a</sup> colocou no seu programa de candidatura que diz respeito à cobertura da Baixa, convidaram-se todos e mais alguns, e a Junta de Freguesia nomeadamente a de S. Bartolomeu que é a visada não foi convidada, e dispense o convite tenho de fazer aqui a minha revolta, porque nós junta de freguesia representamos o povo, obviamente a partir do momento que fomos eleitos representamos todos! Não representamos só os do PS, dos Bloco de Esquerda, os da CDU, representamos todos!

E parece-me que alguns Srs. Vereadores, que têm alguma responsabilidade nalguns domínios é difícil entenderem que nós existimos.

Fomos relegados, afastados e desconsiderados.

Já o mesmo aconteceu no passado para a criação da Agência de Promoção da Baixa, que foi com interferência do Sr. Presidente da Câmara que nós, S. Bartolomeu e St<sup>a</sup> Cruz, fomos chamados ao processo. Nós não servimos só para ouvir as queixas e para tapar algumas incompetências de algumas decisões dizendo que as coisas se vão resolver. Servimos também para representar o povo que nos elegeu.

A outra questão que me vem dar razão é o facto de haver uma deliberação (439/2005 de 15/12/05) tomada por unanimidade pelo Executivo, que diz respeito às assembleias de escolas onde se convidou toda a gente, as escolas, as pessoas que têm intervenção na área, e nós Presidentes de Junta só servimos para reunir com os agrupamentos de escola e dar dinheiro, e fazer alguma coisa por solicitação dos agrupamentos.

Gostava de saber o porquê? Os Presidentes de Junta são assim tão incómodos?

Garantidamente somos pessoas de bem, estamos em defesa das populações, quanto a isto não tenho dúvidas!

A última questão, que gostaria de aqui abordar tem a ver com a Escola de S. Bartolomeu.

Quero dizer Sr. Presidente que as coisas não andam. A questão da Escola S. Bartolomeu o estado de construção os problemas que estão a existir na construção desta escola, cujo o prazo de reclamação termina em Setembro de 2006.

Sr. Presidente é uma recomendação para que Coimbra não fique com uma escola degradada que o Município pagou."

O Presidente da Assembleia deu resposta relativamente à aprovação das actas dizendo que o que está estabelecido no regimento é que seja aprovado na sessão seguinte, e se alguma intervenção não corresponder ao que foi dito os senhores deputados façam as devidas correcções, como aconteceu ainda hoje.

Intervenção da deputada municipal Carla Violante (PS):

Só queria deixar aqui uma questão que gostaria de ver respondida, pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e que veio a propósito de um artigo do recém eleito Provedor do Ambiente o Professor Massano Cardoso.

Num artigo, que me deixou no mínimo surpreendida do dia 25 de Janeiro, começa por englobar, no que no mínimo é estranho para não dizer que é demagógico, falaciosos e preconceitoso, e passo a citar:

*"Doentes como fumadores, tóxico-dependentes vigaristas e corruptos"* e as palavras serão suas e não minhas, tudo na mesma categoria.

Para dizer numa fase seguinte do artigo onde começa por questionar certas pessoas se serão realmente doentes e diz nestes termos: *"então a rapaziada tem carcalhol para comprar maços de tabaco, e não tem para comprar uns míseros discos de nicotina"*, isto a propósito de medicamento de acção anti-tabagística e da sua eventual comparticipação.

O que gostaria de dizer a este propósito é o seguinte:

Parece-me de total desadequação, de total desactualização em relação aquilo que é um modelo vigente de saúde e de doença as declarações do Professor Massano Cardoso.

Aquele modelo do século passado XIX, se fosse do outro era menos grave.

Aquele modelo do século passado compara os tóxico-dependentes como que fala em comportamento aditivos como comportamentos criminosos está claramente ultrapassado todos nós sabemos disto e penso que o Professor Massano Cardoso está desadequado.

Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):

"...Todos nós sabemos, que houve alguma precipitação no lançamento do projecto do Pediátrico, e que há problemas técnicos. Não estive na tal reunião, nem sequer conhecia a sua existência, tive conhecimento pela comunicação social, mas toda a gente sabe, e é unânime a dizer que há água, e que é um problema a existência da água, problema técnico que tem de ser resolvido com urgência, porque o Hospital Pediátrico é uma necessidade também desta cidade, além de outras.

Agora a opinião dos técnicos que estiveram nessa reunião, não sei qual foi, no entanto já falei com vários dos que estão responsabilizados para apresentar uma proposta, e que ela vai ser apresentada mas, não é assim tão fácil. É demagógico dizer, que é muito fácil resolver o problema. É necessário investimento de algum dinheiro e, como nós sabemos o país não está muito farto em (carcalhois). Por outro lado, realmente temos de dar algum tempo para que as coisas sejam estudadas e não sejam resolvidas em cima da mão, como foram antes do lançamento do projecto.

E dizia também, por alguma razão nós fizemos aqui votamos uma comissão de acompanhamento. No mínimo eu acho que a Senhora deputada aqui, tentou esvaziar as soluções da comissão de acompanhamento. Porquê? Porque não veio falar em nome dela, por outro lado não falou aqui, antes de terem uma conversa formal, com o dono da obra, que neste caso é a ARS, e posteriormente e depois desta conversa e de compilação de todas as informações, eu acho que deveríamos realmente ter essa intervenção.

Para já penso que ela foi algo precipitada, e não ajuda a que as comissões de acompanhamento sirvam para aquilo que foram criadas. Elas devem ser realmente comissões que no fundo sintetizam numa forma correcta, factual os problemas e que nos dão conta aquilo que está a acontecer na realidade. É uma realidade para mim é que o Pediátrico está avançar, ele não está suspenso, há partes de obra que estão suspensas por causa desses problemas técnicos, mas ele está a avançar, e o que me importa a mim é que o Hospital Pediátrico avance, provavelmente não está com a velocidade que gostaria, mas, está a avançar e essa é uma realidade que não podemos esquecer. E na é por algum atraso que as crianças de Coimbra vão ser maltratada, sempre foram bem tratadas, Coimbra sempre se afirmou por uma escola pediátrica de alto nível, e estou convencido, tenho a garantia que essa escola mantém os cuidados de saúde às crianças de alto nível como foi sempre o seu nível.

Acho que deveremos nesta assembleia ter alguma capacidade e serenidade para devagar irmos criticando aquilo que for de criticar, e exigir a premência e urgência da coisas."

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra

A Bancada da CDU pretende, com esta intervenção, solicitar a V.Ex.<sup>a</sup> que esclareça esta Assembleia sobre o destino previsto para o Convento de St<sup>a</sup> Clara a Nova.

Vários têm sido os “ruídos” quanto à utilização a dar a este edifício, sendo que, ultimamente, se ouve falar que o futuro passará por o mesmo ser transformado em Pousada o que, tendo em conta a sua inserção numa zona histórica e rica em património cultural, poderia ser uma solução viável.

MAS...e partindo do principio que esta poderá ser a opção da Autarquia quanto à utilização do Convento de St<sup>a</sup> Clara a Nova, colocam-se algumas questões tendo em conta, até, a reestruturação prevista para toda a área circundante. Passo a enumerar:

### **1 – Acessibilidades**

Desnívelamento da Estrada de Lisboa - é para avançar? **Existe ou não verba, está já o projecto contemplado no Programa Polis?**

Pedonização do Rossio de St<sup>a</sup> Clara e remodelação do Estádio Universitário – em que fase está a operacionalização destes projectos?

Que acessos se perspectivam para a suposta Pousada?

## **2 – Espaços públicos para os cidadãos de Coimbra**

Sendo a área exterior e de acesso à entrada principal um espaço emblemático da cidade o mesmo continuará de livre acesso à população? Óbvio que não nos estamos a referir ao acesso à Igreja...

Se o projecto da Pousada se vier a concretizar que contrapartidas poderão vir a ter os cidadãos de Coimbra?

Consideramos pertinente que esta Assembleia conheça os contornos em que este suposto projecto de Pousada se está a desenrolar, bem como analisarmos de que modo tal se entrecruza adequadamente com a requalificação da baixa de St<sup>a</sup> Clara.

Seja, este o destino a dar ao espaço do Convento de St<sup>a</sup> Clara a Nova, ou outro que a Câmara tenha em estudo, é do interesse do cidadão de Coimbra e desta Assembleia conhecer-se atempadamente as propostas e soluções da Autarquia.”

Este, era o primeiro aspecto da minha intervenção, agora o outro também já aqui foi referido no quadro do choque, em que eu não posso deixar de manifestar aqui o meu choque que vai para além dos carrinhos!

“Mini-Feira da Praça da República

Dirigimo-nos especialmente ao Senhor Vereador Horácio Pina Prata pela sua criativa visão empresarial ao acordar contrapartidas benéficas quer para a Autarquia quer para os cidadãos.

Por um lado a visão estratégica ao permitir a utilização de um espaço nobre da Cidade, como é a Praça da República com a referida mini-feira;

Por outro o facto de ter trocado as taxas de ocupação por 6.500 senhas, a distribuir às escolas do 1<sup>o</sup> CEB e Jardins de Infância, bem como aos filhos dos funcionários da Autarquia, possibilitando assim uma alegria inovadora às crianças presenteando-se com uma volta de carrossel...!!! Fiquei sem perceber se seria uma volta num carrossel, ou uma volta em cada um (são 3)... É que deslocar crianças para uma iniciativa destas é realmente dar-lhes oportunidade de um divertimento ao qual de outro modo não teriam acesso...podem é sair de lá frustradas porque uma volta realmente sabe a pouco.

Consideramos ser importante que, quando se leva a sessão de Câmara uma proposta para ser votada no que refere à isenção de taxas de utilização do espaço, se devem informar os presentes das condições e contrapartidas, para que, com coerência, se possa decidir da viabilidade ou não das propostas sobretudo quando as mesmas englobam ocupação de áreas e locais a preservar de algumas iniciativas e em que as contrapartidas são demasiado ridículas, pelo que, neste caso concreto, os fins não justificam os meios.”

Só pedia uma outra questão que tem a ver com a intervenção, anterior do Dr. Reis Marques, sobre a questão do Pediátrico.

Só queria lembrar uma coisa, o Pediátrico está a andar, vai andar, não se sabe como é que está a andar, também não sabemos quando é que terminará.

Uma questão que é muito importante, que o Dr. Reis Marques referiu aqui, e que é óbvio, que os cuidados de saúde não apenas as crianças de Coimbra, mas às crianças da região centro e até em algumas situações a nível nacional,



que são atendidas no hospital Pediátrico. Os cuidados de saúde e a qualidade desses cuidados de saúde, não deixam de estar a ser praticados no dia-a-dia. Estão a ser praticados devido ao grande envolvimento e empenho dos profissionais dos diversos sectores, que lá trabalham. Porque, uma coisa, é a qualidade que se presta, e outra coisa é os recursos e as condições de trabalho em que esse pessoal se vê obrigado a trabalhar. Penso que isto, é uma mais valia para valorizarmos o seu trabalho, ou seja, dão o seu melhor e fazem o seu melhor numas condições que já não deviam existir há uns anos a esta parte, e vamos ver quantos anos mais infelizmente vamos ter de esperar de melhores condições para o hospital Pediátrico, para as crianças e para os profissionais que lá trabalham."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu ( Por Coimbra):

"O assunto que me trás aqui hoje, obriga-me a falar directamente para o Partido Socialista. E se me permitem também, falando para o partido socialista, devo falar directamente para a liderança da sua bancada, e naturalmente para o meu querido amigo, líder da bancada do Partido Socialista, Dr. Reis Marques.

Ouvi com atenção, concordo, e mais do que isso, finalmente temos aqui uma intervenção que vem ao encontro daquilo que é também a minha ideia de política. Que não é uma ideia de politica partidária, saber quem é que inaugura o Pediátrico ou quem é que inaugura a Ponte não sei aonde, ... que não é uma política pessoal, no sentido do interesses pessoais ou do interesse pessoal de estar na política, porque para nós os dois, é muito mais importante do que os nossos interesses pessoais que nunca são para aqui chamados, nem nunca estarão no nosso pensamento quando fazemos política, nem os interesses partidários quando estamos a pensar em Coimbra.

O mais importante de quem quer que seja, que esteja no governo no momento, é que o Pediátrico avance e se inaugure, muito mais importante para quem quer que seja partido que esteja na Câmara, que o Pediátrico se avance e se inaugure, muito mais importante do que os problemas técnicos. Esta obra é fundamental para a nossa terra, e é isto que para nós é o essencial.

Assim como era importante que a Ponte Rainha Santa fosse acabada quaisquer que fossem os problemas técnicos. Para nós se aquela ponte era importante, em termos viários em termos de descongestionamento de tráfego, como se viu que era, mais importante do que as guerras de alecrim e mangerona entre partidos, entre comunicados e conferências de imprensa de partido, mais do que interesses pessoais, dos interesses de grupos ou de interesse de partidos, eram importantes os interesses da cidade e os interesses da região.

E portanto sabe que estou ao seu lado, nesta visão de fazer política, na visão de que os interesses de Coimbra são os mais importantes.

Isto leva-me aqui a trazer outro assunto, onde gostaria que se verificasse exactamente o mesmo, que é a questão da Metro-Mondego, que eu por verdade chamaria aqui Eléctrico Rápido de Superfície.

Penso, e julgo que o Dr. Reis Marques, pensará o mesmo, que é importante que se faça esta obra.

Esta obra é decisiva também para Coimbra, do meu ponto de vista, e era importante que nós aqui, pudéssemos estar de acordo. Qualquer que fosse o Governo ou a Câmara, aliás é uma obra que já tem tantos anos, que até custa falar nela. Já tem tantos Conselhos de Administração, que já passaram por

tantas Assembleias Municipais, passaram mais de uma dezena de anos, depois de tantas notícias, de tantas conclusões, inícios de obras anunciados, depois de tudo isto, depois de tanto dinheiro gasto, (não me atrevera a dizer mal gasto porque isto fica comigo) custa-me que eu tenha que vir aqui dizer, que nós somos a favor do avanço da obra do Eléctrico Rápido de Superfície.

Sei que V. Ex<sup>a</sup> também é! Eu diria mesmo que tenho a certeza absoluta, que também é! só que a posição da bola está do seu lado, neste momento. É que é uma obra da Administração Central, mas nós não queremos fazer disto, uma bandeira de arremesso político e muito menos partidário, nós queremos esta definição:

A obra do Eléctrico Rápido de Superfície é importante para Coimbra.

Sem partidarismo, sem erguermos bandeiras de vitória nisto, sem falarmos das desgraças do passado, está recheado de desgraças para todos os lados. Quero dizer-vos com toda a sinceridade que não quero falar mais nisto.

Peço ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que nesta questão nós possamos estar juntos por Coimbra. Mas para isso é preciso se tomar decisões, e é preciso que essas decisões se tomem com alguma rapidez. O que precisarem de nós para que o Governo Central tome essas decisões, nós estaremos presentes, desinteressadamente politicamente se quiserem.

Depois disto, vou acabar Senhor Presidente, porque ninguém esperaria que eu viesse à tribuna para abordar um assunto que é desta importância, e que para mim é dos assuntos de maior relevância hoje em Coimbra, e que me dirigisse ao amigo Dr. Reis Marques, sobre este assunto, e deixasse de abordar muito rapidamente uma questão que foi aqui tocada pelo Bloco de Esquerda.

Não me perdoaria a mim, pessoalmente, se não falasse disso.

Não vou repetir aquilo que disse na última Assembleia, que foi sobretudo esta questão, o Grupo "Por Coimbra" não recebe nem aceita lições de ética ou de moral de ninguém, nem do Bloco de Esquerda.

Foram feitas aqui acusações da maior gravidade ao Presidente da Câmara.

Se fosse Presidente da Câmara, como V. Ex<sup>a</sup> não goza, nem de impunidade, nem de imunidade parlamentar, eu obrigaria que V. Ex<sup>a</sup> provasse as acusações que fez, porque as acusações mais fáceis de fazer são essas.

Nós há quatro anos atrás apresentamos aqui uma questão, fundamental em termos de transparência política, a transparência de processos, queremos que a Câmara funcione, queremos que a Administração Central também funcione com transparência!

O pior que há são as situações nebulosas, nós apresentamos aqui uma proposta que foi apresentada, foi aprovada por unanimidade, e por onde tudo começa que foi a proposta do Registo de Interesses Pessoais.

Meus amigos V. Ex<sup>as</sup>, os dois, já preencheram o Registo Pessoal de Interesses?

Já entregaram na Assembleia o Registo Pessoal de Interesses?

Já o entregaram? É que se não o entregaram não falo mais com vocês?"

*Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara:*

"Eu hoje venho aqui atacar a Câmara que ajudei a eleger. Chega à Junta de Freguesia todos os dias e cada vez mais, pessoas a dizerem que não têm dinheiro para nada nem para comer, nem para beber, nem para pagar a rede de água, nem para nada.

Há dias deslocou-se uma senhora à junta de freguesia que me contou a sua história dizendo que teve de se desfazer de alguns eletrodomésticos, porque só podia gastar 1.500\$00 por mês de electricidade. O contador é para toda a gente, é um contador comum, assim como a casa de banho. Inclusivamente à noite para ir à casa de banho não pode acender a luz porque o vizinho protesta. São pessoas que andam com o balde sanitário na mão, não tem casa que precisam da nossa ajuda, precisa da ajuda da Câmara, precisa da ajuda do país e é desta miséria que vou continuar a falar.

Na Praça Campos Contente em St<sup>a</sup> Clara, há mais de vinte anos que anda por lá um rapaz que é conhecido pelo Zé do Arame, e faz umas caricaturas. Passou de um sítio para outro na mesma zona, e já há três ou quatro anos que se encontra a viver numa roullote a fazer as necessidades para a rua, e agora encontra-se doente não tem dinheiro para comer, não tem casa, tem apenas 20 mil escudos por mês para comer. Ninguém o aceita, todas as instituições de caridade recusam, e neste momento está a ser uma vergonha em St<sup>a</sup> Clara. Por isso peço ao executivo municipal que se faça alguma coisa por isso.

Leio diariamente os jornais e só vejo notícias do Ingote, só entrevistas no Ingote, só Bairro do Ingote, é tudo para o Ingote! Santa Clara também precisa de um Ingote! Acho que se deve colocar um Ingote em cada uma das freguesias.

Este foi o assunto de miséria.

Agora vou louvar a Câmara de Coimbra, pelo Alto da Panasqueira, pela Baldosa, que a maioria da pessoas estão neste momento a falar no Planalto de St<sup>a</sup> Clara, mas aquilo tem nome. Foram feitas as vias que estavam projectadas, pela primeira vez foi feito um plano urbanístico, aquilo não é nenhuma zona verde, é uma zona de habitação, é uma zona de equipamento.

Vejo que as pessoas da margem direita vivem rodeadas de alcatrão nunca disseram nada, querem abrir as janelas e ver o amazonas para os lados de Santa Clara. A minha freguesia não é amazonas para ninguém. A freguesia é a continuação da cidade de Coimbra, do núcleo central da cidade de Coimbra. Não pensem que agora vamos ficar calados a todas estas provocações. Se, se faz um a viaduto querem um buraco... se, se faz um buraco querem um viaduto, isto não pode ser, ou uma coisa ou outra! Em Santa Clara não há tanta toupeira para andarem em viadutos. Prefiro vir num viaduto, do que vir por debaixo de terra, ou há algum complexo de não termos tantos buracos? Já chega que toda agente critique, até aqui ninguém falava de Santa Clara, agora parece que Santa Clara está na moda. O Quartel ainda não saiu de lá e já estão preocupados se vai ser pousada ou não. Até era bom que fosse qualquer coisa, porque senão começamos a ver o Quartel a cair. E depois vêm as lamentações. Era muito bom que se os militares abandonarem o Quartel, só lá estão meia dúzia de homens, o mesmo fosse reocupado. Senão vamos ver mais umas ruínas em Santa Clara. Deixem fazer! Deixem andar!

Também queria agradecer à Câmara, tudo o que fez na baixa de Santa Clara, que se circula com mais rapidez, hoje as coisas vão ficar direitas.

A Câmara, diz o Sr. Vereador João Rebelo, que vai finalmente arranjar o espaço verde onde hoje é um depósito de carros na Avenida de Conimbriga. Fico muito agradado, já tentei por várias vezes, que o local ficasse verde, coloquei estacas, mas os arrumadores de automóveis tiravam-as, depois fiz buracos para os carros não passarem por lá, eles taparam os buracos, agora

finalmente vai ser tomada uma decisão e aquilo vai ser arranjado. É uma parte rica da Freguesia e com vista para o Rio Mondego."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"O que me trás aqui, primeiro são duas perguntas que já na última Assembleia fiz ao Sr. Presidente. Reconheço que é difícil responder a todos, mas estas perguntas são pertinentes para o desenvolvimento da minha freguesia, e vou continuar a fazê-las.

1 -qual o ponto da situação da circular IC3, a ligação do Nó da Botão/Souselas à zona de Santo António;

2 -qual é o ponto de situação do PDM, o meio de desenvolvimento das freguesias, principalmente a nível industrial, depende muito desta via IC3;

3 -a outra questão, não sei se o Sr. Presidente sabe, os auto de medição das obras protocoladas de setembro, a Junta de Freguesia de Brasfemes, não sei se é extensiva a mais algum colega, só vamos ter a hipótese de receber o dinheiro em Maio ou Junho. Assim, qualquer dia não haverá nenhum empreiteiro que trabalhe para nós.

4 -A questão que vou colocar a seguir é das refeições escolares. A questão das refeições escolares é uma coisa que todos nós temos de estar sensíveis.

O compromisso ou o acordo, o protocolo que existe no início do ano lectivo, neste caso com uma IPPS e com Câmara Municipal, é de garantir as refeições às escolas, jardins de infância e .EB.

O que acontece é que o procedimento para o jardim de infância é fácil, os pais pagam a sua cotização na Câmara, e a Câmara remete para a instituição fornecedora de refeições o respectivo preço das refeições na totalidade.

Para a escola não se pratica isto. Isto está a criar um problema agora às IPPS, porque a Câmara paga uma parte correspondente da refeição é lhe enviada uma nota de despesa, e depois vem um cheque para a instituição fornecedora, Os pais têm de ir pagar à instituição, neste caso a instituição até é de Brasfemes, mas se fosse de Ançã, ou de outro local qualquer, não podiam os pais ir pagar. Tem de haver alguma articulação. Por isso já pedi ao Sr. Presidente que com a DREC envolver alguém que receba o dinheiro para se poder passar um recibo único à Associação de Pais ou ao agrupamento.

5 -sobre a biblioteca acho que houve uma precipitação por parte do sr. Vereador não querer encerrar a biblioteca anexa de Brasfemes, mas que também está parcialmente resolvida, já arranjamos solução para isto, e bem e agradecer ao Sr. Vereador a compreensão.

6 -para o sr. vereador Gouveia Monteiro gostava que me pudesse explicar sobre a questão da casa na curva em Vilarinho de Baixo, uma decisão da Câmara de 15 de Agosto. Sei que isto tem de seguir os tramites legais mas parece que já está a ser tempo demais, para eu poder dar as devidas justificações à população daquele local.

7 -para o sr. vereador do desporto gostava de colocar uma só pergunta. Se a Câmara está interessada ou não, em ajudar o União de Coimbra, fazendo umas simples obras no campo de futebol do Real Clube de Brasfemes. Houve um protocolo, que eu possuo em nome do Real Clube de Brasfemes e do União de Coimbra, mas para o União de Coimbra poder utilizar o campo de jogos tem de ser lá feito as obras e essas foram assumidas, pela Câmara. A Junta de Freguesia está interessada com as camadas jovens de reactivar o Real Clube de Brasfemes, e precisamos de saber se vão ou não ser efectuadas as obras.

Intervenção do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):

"A minha intervenção prende-se com a questão do Metro Ligeiro de Superfície ou do Eléctrico Rápido já aqui abordada.

Em primeiro lugar, tenho de fazer dois comentários:

O primeiro comentário de desagrado, e o segundo de agrado.

Comentário desagrado, nos últimos tempos temos assistido a um ruído, misturado com alguma demagogia e algum populismo que me parecem impróprios de uma democracia madura, e que em nada ajudam a resolver a questão que a todos nos preocupa que é a da concretização do Metro Mondego.

Isto quanto ao meu desagrado!

Quanto ao meu agrado.

Registei com agrado, os termos e o tom, com que o sr. deputado Maló de Abreu se referiu a esta questão.

Em nome da bancada do Partido Socialista quero manifestar, que estamos, como sempre estivemos interessados em que este projecto avance e avance o mais rapidamente possível.

Neste contexto, gostaria de vos ler uma proposta, a apresentar a esta Assembleia e que me parece que se situa justamente nos termos e no tom, em que esta questão deve ser colocada. Com seriedade, com serenidade e com rigor. A seriedade, a serenidade e o rigor, que um projecto desta importância e desta envergadura exige de todos.

Vou passar a ler a proposta de Moção:

**“COMISSÃO MUNICIPAL PARA O METRO LIGEIRO DE SUPERFÍCIE (“METRO MONDEGO “)**

-Considerando que o metro ligeiro de superfície (MLS) ou o eléctrico rápido, vulgarmente designado por “Metro Mondego”, tem uma importância vital para Coimbra e para a sua área envolvente mais próxima, entre outras, pelas seguintes razões fundamentais:

i)- para a mobilidade urbana, reduzindo a intensa circulação automóvel no interior da cidade;

ii) – para afirmar a centralidade de Coimbra relativamente aos concelhos vizinhos, em particular os Miranda do Corvo e da Lousã;

iii)-enfim, para termos mais e melhor qualidade de vida em Coimbra;

-Considerando que um projecto com este sentido e alcance pressupõe e implica, necessariamente, uma atitude de diálogo e de concertação entre o Governo e os Municípios nele envolvidos (Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã), em ordem a encontrar a solução global mais adequada do ponto de vista técnico e económico-financeiro e que melhor sirva os interesses das populações e do desenvolvimento da área abrangida;

-Considerando que, com base neste pressupostos, urge encontrar essa solução globalmente adequada, tendo em vista obter a imprescindível dotação financeira no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013), sem a qual a concretização do projecto, previsivelmente, não será viável;

-Considerando que a Assembleia Municipal de Coimbra, ao abrigo das suas atribuições e competências, não pode (deve) manter-se alheia a tão relevante projecto para o nosso futuro colectivo;

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a criação, no seio desta Assembleia, de uma COMISSÃO MUNICIPAL PARA O METRO LIGEIRO DE SUPERFÍCIE (“METRO MONDEGO”), com os seguintes objectivos essenciais:

1)-Efectuar um balanço factual e objecto sobre as principais vicissitudes por que passou o projecto do metro ligeiro de superfície (“Metro Mondego”) desde o início até à presente data, elaborando, para o efeito, uma espécie de “Livro Branco”, a submeter à apreciação desta Assembleia Municipal e à publicidade crítica dos cidadãos;

2)-Acompanhar, de perto, a concretização do projecto, inteirando-se das diligências e iniciativas que forem desenvolvidas nesse sentido, dando conta das mesmas a esta Assembleia, em tempo oportuno.”

Para terminar, gostaria de aqui afirmar a minha convicção e penso ter sérias razões para afirmar que Coimbra vai ter mesmo o Electrico igeiro de Superfície."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"pelo vereador Marcelo Nuno, em que de uma forma não muito cordial e até arrogante, ou (despropositada se quisermos) deixava a entender que as remunerações decididas por esta Assembleia não teriam sido cumpridas, e que teria portanto auferido a remuneração acima daquilo que tinha sido estabelecido por esta Assembleia, dizendo aliás, que isso vinha de acordo com pareceres jurídicos de advogados ligados à empresa, dizendo inclusivamente, e é aqui que é um pouco despropositado, que se fosse decidido que tinha recebido a mais estaria na disposição de dar essa diferença para instituições de caridade... como se o dinheiro fosse dele, se foi indevidamente recebido terá de ser devolvido à entidade que lhe pagou.

Estamos na terceira Assembleia Municipal, passaram dois meses, e as informações solicitadas continuam a ser recusadas, omitidas, ou no mínimo se quisermos esquecidas.

Ao percorrer os olhos pela intervenção do Senhor Presidente do Executivo, que tardiamente nos chegou, verificamos que, mais uma vez, são omitidas informações sobre os processos judiciais em curso bem como a face processual em que se encontram. Devo dizer que esta é uma exigência que decorre da própria lei que no seu artigo 53º da Lei 169/99, estabelece exactamente isso, que é obrigatório, faz parte da intervenção escrita do Senhor Presidente do Executivo, a informação sobre isso. Não, sob pena de qualquer lapso visual de leitura não encontrei, e não encontramos de novo resposta aos requerimentos que fizemos.

Para o Senhor Presidente da Assembleia que se mostrou tão zeloso, e digo e bem e certo, e correctamente, no cumprimento do regimento, só lhe solicito, só lhe peço encarecidamente que também se mostre igualmente zeloso no cumprimento daquilo que estabelece o regimento em relação precisamente a este ponto que é a recusa, a omissão ou o não facultamento das informações solicitadas. Porque diz que deve comunicar à Assembleia Municipal, diz a Lei 169/99 no seu artigo 46ª da alínea l), e diz o artigo 17º do Regimento também desta Assembleia, que deve comunicar à Assembleia Municipal a recusa de prestação de quaisquer informações e documentos, bem como a colaboração por parte do órgão executivo e dos seus membros. Lembro ainda, aos senhores Deputados e à mesa da Assembleia que estabelece também o Regimento, na sua alínea h) do artigo 2º que cumpre à Assembleia apreciar a recusa por acção ou omissão de quaisquer informações e documentos por parte da

Câmara Municipal, ou dos seus membros que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização.

Para dar prova de que no Bloco de Esquerda até são sensatos e cordiais, não apresentamos à Assembleia, aquilo que o próprio Regimento nos facultava, e aguardamos ansiosamente pela próxima Assembleia para que sejam de facto facultados, pela quarta vez nessa altura, aquilo que a lei estabelece, como um direito da oposição, é efectivamente também o direito da oposição estatuir na Lei nº 24/98, estabelece precisamente isso.

Para finalizar, registei com alguma perplexidade a intervenção do deputado Reis Marques do PS, acerca do Pediátrico. Compreendo perfeitamente que está naquela situação de bivalência, oposição em Coimbra e poder no País. Mas sobre isto, o que quero dizer, que a questão do Hospital Pediátrico de Coimbra estar a avançar, bom.. o problema é que, não é um avanço de um movimento linear, é um movimento que ...ora avança, ora recua, ora pára...

O Hospital Pediátrico de Coimbra não é um projecto de Coimbra, não é um projecto tipicamente bairrista, ou que afecta efectivamente só Coimbra, é um projecto regional, é um projecto nacional, é um projecto de dignidade, mais para os bons profissionais que o executam, dignidade e respeito dos direitos das crianças, terem efectivamente direito a uma saúde de qualidade com instalações de qualidade e equipamentos de qualidade, o que não é o caso.

E portanto, sobre isto penso que não vale a pena fazer guerras, porque estamos todos unidos sobre isto.

Coimbra já uma vez mobilizou na defesa dos seus interesses, concretamente em relação a Souselas, e deve fazê-lo de uma forma clara, inequívoca sobre a questão do Pediátrico.

Só uma pequena nota, os Srs. deputados sobretudo da maioria, quando se crispam tanto de uma forma tão petolante, que às vezes fazem ecoar os seus estados de espírito de desagrado aconselhava a tomarem um calmante.

*Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):*

"Aquilo que me trouxe em primeiro lugar à inscrição foi uma vez mais, solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, através dele ao Executivo, respostas a questões muito concretas, exigências muito concretas de documentos que fazem falta aos deputados municipais e que foram deliberados, e presentes nesta Assembleia Municipal, e vou passar a ler aquilo que foi exigido e que ainda cá não apareceram.

A questão é esta, a necessidade de saber que a CDU aqui apresentou, na sequência da proposta derrotada, que contrariava a proposta de aumentos de águas e de saneamento para os habitantes de Coimbra. Nós exigimos da Câmara e das Águas de Coimbra, que nos fosse facultado toda a documentação que sustentasse tecnicamente as deliberações então tomadas. Continuamos à espera! E isto como o Senhor Presidente sabe, é importante em sede de sindicância judicial para saber da legalidade da deliberação. Isto é francamente grave! Isto é francamente grave, que esta Assembleia Municipal, e os deputados que tomam posições claramente em que estão a exercer os seus direitos, enquanto políticos eleitos, não vejam respeitados esses direitos. Senhor Presidente isto não pode continuar assim.

Tem havido alguma displicência no tratamento dos direitos dos deputados municipais, e por sua via, tem havido o desrespeito aos cidadãos que os

elegeram. Nós apesar de sermos governados por uma maioria, os cidadãos tem de ser entendidos como um todo. Isto não pode continuar assim, Senhor Presidente, temos de mudar, no sentido de serem facultados aos deputados municipais toda a informação que os cidadãos de Coimbra têm direito.

Segunda questão não menos importante, e em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara, veio aqui exigir Ingotes para todas as freguesias. Naturalmente percebo que, o que o senhor presidente queria era mais vereadores da CDU, em mais áreas de governação deste município. Aí seriam mais áreas faladas na comunicação social, porque só se fala do que se faz, e do que tem reflexos e com qualidade.

Penso que não deseja Ingotes em Santa Clara, mas que o trabalho seja feito e que a obra apareça como é o caso com Jorge Gouveia Monteiro, Vereador da CDU.

Terceira e última questão, em relação às propostas mais ou menos coincidentes em relação à criação de uma comissão de acompanhamento do Metro de Coimbra.

Nós não apresentamos nenhuma proposta por escrito, mas como todos vós tiveram a oportunidade de ouvir, o meu camarada de bancada José Miguel Pacheco, fez uma proposta concreta de criação de uma comissão, exactamente sobre o tema que versa a proposta do PS.

Penso que o PS não enjeitará a fusão das duas propostas, que a exigência do Governo saber se quer, ou não quer, o Metro Ligeiro de Superfície em Coimbra.

Não tenho a mínima dúvida, do convencimento de V.Ex<sup>a</sup> da vontade do Governo. Mas permitam-me, sem desmerecer as vossas ligações privilegiadas e de confiança que terão naturalmente no governo que suportam, mas isso não basta! Quem tem que o dizer é quem tem o poder de decisão.

A CDU propõe a esta Assembleia, a criação de uma comissão composta por um membro indicado por cada grupo, especificamente destinada a solicitar audiências com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e com a Comissão Parlamentar da Obras Públicas, e reclamar respostas do governo sobre o Projecto Mero Mondego, nomeadamente:

Se quer, ou não, o Eléctrico Rápido de Superfície para Coimbra e se quer, que tipo de Projecto pretende implementar e quando? Penso que isto é básico, porque senão poderemos estar a escrever livros brancos que se destinem a nada.

Penso que é básico a decisão saber exactamente o que o Governo quer ou não, e penso que esta é a questão central no momento."

*Intervenção do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):*

O Deputado Vassalo de Abreu fez um pequeno esclarecimento.

Volto aos termos iniciais, com que fiz a minha intervenção à pouco. Penso que, houve nos tempos mais recentes muito ruído, a propósito do Metro Ligeiro de Superfície, que este projecto sendo importante para Coimbra, tem de ser tratado, (eu disse e repito) com seriedade, serenidade e rigor. E não é dando prazos ao Governo, para anunciar uma decisão que ajudamos a que este projecto vá para a frente. Penso que o governo anunciará o projecto, quando



estiver em condições de reunir todos os elementos que são necessários para o anunciar, e fá-lo-á obviamente, antes demais, em sede da Assembleia Geral da Metro Mondego, que porventura e aos Senhores Presidentes de Câmaras envolvidos no projecto-aos Presidentes das Câmaras de Coimbra, ao de Mirando do Corvo e da Lousã. Percebesse que não faz qualquer sentido que o Governo dê uma resposta antecipada a uma comissão eleita nesta Assembleia Municipal. Há regras do jogo a cumprir, regras de alguns recato, que um projecto com esta envergadura com esta importância tem! Não vamos acrescentar aqui penso eu, mais um elemento ruído, mais um elemento de demagogia, mais um elemento de populismo, estas questões têm os seus tempos de decisão, e tem também os seus tempos para anunciar a decisão tomada, e aquém de direito em primeiro lugar são aos municípios envolvidos neste projecto."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Em primeiro, uma informação sempre em defesa dos interesses da nossa Cidade. Para vos dizer que Académica acaba de se classificar para os quartos final da taça de Portugal.

Em segundo, é relativamente aos acessos do Hospital dos Covões, ou seja, do Centro Hospitalar de Coimbra.

Na última Assembleia em que aprovámos o orçamento, sempre animados com a nossa vontade de colaborar com os trabalhos desta Assembleia, com o Senhor Presidente e também colaborar com a Câmara porque havia prazos para que a gestão municipal se adequasse ao início do ano económico, nós quisemos colaborar nos procedimentos dos trabalhos que a mesa a partir de certa altura imprimiu.

E daí, a minha declaração de voto à cerca do orçamento, entreguei por escrito, mas não a li publicamente, mas como chegou uma minuta da acta ainda não votada na Assembleia, se me dão licença eu vou passar a lê-la, dizia assim a minha declaração de voto:

Declaração de Voto- Ferreira da Silva

"Não votei o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2006, pelas razões constantes das declarações do deputado municipal do Partido Socialista Reis Marques, e ainda por não resultar de forma clara e inequívoca daqueles documentos a dotação indispensável para a recuperação e construção de arruamentos de acesso ao Centro Hospitalar de Coimbra- Hospital dos Covões, em S. Martinho do Bispo, e particularmente a Rua Júlio Araújo Vieira, Covões, ou se quiserem Bencanta – Covões rua esta, em adiantado estado de degradação, obrigando ambulâncias com doentes por elas a saltitar até alcançar o serviço de Urgências daquele Hospital.

Por isso me abstenho."

Não votei pois, favoravelmente o orçamento, e as ambulâncias continuam a saltitar, com os doentes para chegarem aquelas urgências.

Trata-se de uma situação inaceitável e inadmissível, atrevia-me a dizer, que isto é assim porque esse Hospital se situa na margem esquerda da nossa cidade. E na pode aqui o Senhor Presidente da Câmara, ao seu estilo, dizer a este propósito, que gostaria de ver igual disponibilidade para reclamar melhores acessos a este Hospital junto do Governo. É que se trata tão só, de vias municipais. Na verdade, o Sr. Presidente sempre que se apontam

deficiências à gestão municipal, logo vem com a sua espada apontada à administração central, ao governo.

É o seu estilo, é fazer política barata ou baixa, se quiserem, com os interesses primários da nossa população.

Foi já a esse estilo que nos habituou, já a quando da posição pública de académicos intelectuais, à cerca da política financiamento municipal às estruturas culturais. Foi esse estilo que justificam o inoportuno aumento do IMI. Há freguesias que pagam uma coisa, há outras que pagam outra, injustificadamente. E foi também com esse estilo que nos brindou a propósito do aumento da água em Coimbra, de 12,5%. Mas perdoe-me Senhor Presidente de Junta de Santa Clara, foi esse aumento de 12,5%, que o senhor votou para essa feculação que disse de miséria na freguesia de Santa Clara.

Abrande ao menos Senhor Presidente as deficiências da política de gestão municipal que imprimam os interesses dos municipes, e tenha a primeira nota que esta Assembleia Municipal tem, deve de acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara, e isso importa sobretudo apreciar a oportunidade e conveniência das receitas, ou da aplicação das receitas do município. Afaste-se a politiquice.

Nesta preocupação, primeira deve estar os acessos ao novo hospital. E foi também com esse estilo que por exemplo, V.Ex<sup>a</sup>. perante a incapacidade de resolver o recurso do desenvolvimento do processo do Metro Rápido de Superfície, vem desesperadamente afirmar desvios de verbas do Metro, para o Aeroporto da OTA e TGV. Desculpa absurda, de quem sabe que não é assim! Com tal afirmação de V.Ex<sup>a</sup>. só revelou que compreende mal, ou sabe pouco dos projectos da OTA e do TGV! São infraestruturas importantes, para a região Centro, e para Coimbra cuja a construção o PDS, e também do CDS, vem criticando. Mas todos sabemos que comandados pelos grandes designos de interesses de Lisboa e Porto.

No que ao Metro respeita, o Senhor Presidente da Câmara reconheceu numa das últimas reuniões do seu executivo e de que fez eco o Campeão das Províncias recentemente, e foi claro, e o PSD também, não quis o Metro e por isso o processo arrastou-se durante anos. Esta foi uma afirmação do Senhor Presidente. E assim chegou até nós, agora, o processo do Metro.

Do Senhor Presidente não se lhe conhecemos um intervenção pública, forte, enérgica a defender o TGV e a OTA, como projectos nacionais, mas que são decisivos para o desenvolvimento da Região Centro e de Coimbra. A OTA, o TGV e o Metro não interessam ao seu partido, ao PSD, porque tem muito a ver com Coimbra, com a Região Centro, e muito menos com Lisboa, e Porto. Não diga pois ou insinue sequer, ou então prove-se que houve, ou há desvios de dinheiros do Metro para o TGV e para a OTA, porque isso é absurdo, não faz sentido, e só pode ser enquadrado no estilo de politiquice barata, nefasta em detrimento dos reais interesses da nossa Cidade.

Quero dizer aqui, comungo plenamente com um apelo que o Partido Socialista já aqui também o fez, com o apelo feito pelo líder da bancada do PSD, Dr. Maló de Abreu.

Mas, já agora, também gostaria que o Dr. Maló de Abreu se pronunciasse no sentido de nos informar, se concorda ou não, que o Metro se desloque à zona mais populacional da Solum, concretamente à zona residencial da Solum, ao Estádio Cidade de Coimbra.

E é por estas e outras razões, que em Condeixa e Montemor-o-Velho, vemos investimentos decisivos, porque aí, a politiquice barata está afastada e o que interessa é lutar por essas terras como muito bem aqui apelou o Dr. Maló de Abreu, por Coimbra, e vamos defender o Metro.

Uma Câmara que não mantém transitáveis os acessos ao hospital dos Covões não pode também merecer a confiança de investidores e que por isso se alheiam de Coimbra. Por isso, Senhor Presidente peço-lhe com muita humildade que, pese embora, os dez euros da rubrica cotados no orçamento no caso concreto, que analise, quanto antes, o tapete betuminoso de acesso às urgências do hospital dos Covões."

*Intervenção do Presidente da Câmara:*

"Queria em primeiro lugar, dirigir-me ao Sr. deputado Ferreira da Silva, para lhe fazer um cumprimento, não é mais do que um cumprimento, e apenas para lhe dizer, que nunca conseguirei ter um estilo igual ao que V. Ex<sup>a</sup> me habituou.

Gostaria de responder telegraficamente a algumas das questões que a aqui foram formuladas, por alguns Presidentes de Juntas de Freguesia. Como sabem estou sempre à vossa disposição, quando quiserem para tratar de assuntos das Juntas de Freguesia.

Mas queria dizer ao Senhor Presidente da Junta de Castelo Viegas, mais uma vez, e sabe muito bem porque eu já lho disse pessoalmente, que estou muito preocupado com vários sistemas de saneamento, designadamente saneamento colectivo, que nesta altura são um perigo de saúde pública para muitas das Juntas de Freguesias. E não descansarei enquanto esses sistemas de saneamento não forem projectados, modernizados e alterados. É por isso mesmo, que nós, para além das obras de saneamento que estamos a fazer em relação a toda a zona Norte, e toda a zona envolvente, estamos também já a fazer os projectos para aquilo que foram de facto heranças incompletas e muito difíceis que recebemos.

Em segundo lugar, queria dizer que em relação às questões urbanísticas, o Senhor Eng<sup>o</sup> João Rebelo, vai falar sobre elas, vai dar os esclarecimentos necessários e vai falar necessariamente sobre a Quinta de S. Jorge.

Ao Senhor Presidente da Junta de Torres do Mondego como já sabe já pedi ao senhor Vice Presidente, área à sua responsabilidade, que tratasse consigo dos problemas que felizmente agora a estrada tem. Felizmente, porque há 25 anos que não estava feita e está feita. E portanto, é bom que nós arranjemos a maneira de não se estragar.

Queria também falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, e dizer-lhe que já incumbi o senhor Vice Presidente de acionar os mecanismos necessários para verificar o que é que se passa com o prazo de reclamação da Escola de S. Bartolomeu.

Gostaria dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes, que na próxima reunião da Câmara Municipal irá a questão do direito de superfície do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Brasfemes, para a Junta de Freguesia.

Queria lhe dizer, que em relação à questão das refeições escolares, já pedi ao Dr. Oliveira Alves, que resolvesse esse problema consigo e com a IPPS.

Por último, dar-lhe a informação que em relação ao União, como sabem já foram feitas obras no campo algumas delas no campo de Brasfemes. Portanto,

não foi dito, mas é conveniente que seja esclarecido isso. As obras que faltam estão a ser articuladas entre o Sr. Vereador responsável pela área dos Desportos, e com o Clube Futebol União de Coimbra. E portanto, o que falta fazer é substancialmente menos daquilo que foi feito, será feito em tempo oportuno para poder beneficiar, ao mesmo tempo, o clube local e o União de Coimbra.

Queria responder a Sra Deputada Margarida Fonseca, em relação à questão do Convento de Santa Clara-a-Nova. Ainda não o disse à Assembleia, porque não gosto de falar nas coisas até estarem definitivamente conseguidas.

O processo de Santa Clara-a-Nova é um processo que Coimbra partilhará comigo, mas é um sonho meu desde há 25 anos atrás, pelo menos. É fazer com que o Convento de Santa Clara-a-Nova seja transformado numa pousada.

Quais foram os trabalhos que entretanto desenvolvemos. Em primeiro lugar, tentar sensibilizar o Ministério da Defesa, para que esse era o destino natural e não havia necessidade, diria de os serviços do exército estarem a ocupar aquele Quartel. Foi um processo longo, um processo difícil, mas chegou a bom termo, portanto o exército deixou definitivamente o Quartel de Santa Clara-a-Nova.

Depois havia que articular isto com as alterações que foram feitas, no estatuto e na forma de intervenção da ENATUR. Quando foi da privatização parcial da ENATUR a obrigação do um concessionário uma das obrigações essenciais e prioritárias era construir uma pousada em Coimbra. Depois o terceiro foi tentar colocar em acordo os dois intervenientes, ou seja, a ENATUR o Grupo Pestana e o Ministério da defesa. O Senhor Ministro da Defesa, teve a gentileza de me pedir para aqui no meu gabinete ser feita uma reunião, que foi feita à duas semanas, entre o Ministério da Defesa e o grupo da ENATUR, representado pelo seu presidente, para tentarem chegar a acordo em relação à cedência do Quartel Santa Clara-a-Nova.

É uma questão que, nesta altura, não posso dominar, porque resulta da vontade destes dois intervenientes. Mas de qualquer das maneiras é muito interessante que o Grupo ENATUR faz uma exigência muito importante que é, o de mantermos toda a zona envolvente uma área verde.

Relativamente à questão da Metro-Mondego, ao contrário do que algumas pessoas têm dito, tentei sempre colocar a questão da Metro-Mondego, numa óptica não partidária.

A única coisa que me interessa é que o projecto se faça satisfazendo os interesses fundamentais de Coimbra que é uma coisa muito importante.

Nós não podemos ter um Eléctrico Rápido de Superfície, que seja uma mistura explosiva de tipos de transportes, ou de tipo soluções tecnológicas aplicadas ao transporte daquela natureza, que introduza do ponto de vista da sua utilização, no meio urbano, uma disfunção tal, que faça com que de um lado, estejam locomotivas a diesel e no outro lado esteja o eléctrico rápido de superfície, ou num lado esteja tram tram, com distâncias entre plataformas e alturas de plataforma completamente diferente daquilo que são os Eléctricos Rápidos de Superfícies a circular no meio urbano.

Por outro lado, não encaro esta solução senão de uma forma como estava naquele concurso que foi aberto, e depois foi encerrado, com a obrigação da indemnização compensatória. Pela primeira vez, foi atribuída num concurso

destes, em relação a um meio de transportes destes. Era a primeira vez que se aplicaria a Coimbra, aplica-se a Lisboa e Porto de várias formas, não se aplica a Coimbra.

E também não compreendo bem os argumentos de solidariedade que às vezes se invocam e tenho dado alguns argumentos para se perceber isto.

Quando nós temos um ramal da Lousã, que nesta altura tem 30 Km, era pior ainda se eu disse-se o número de passageiro, mas que leva aos cofres do Estado em indemnizações compensatórias, ou melhor, em resultado negativo de exploração, qualquer coisa como cinco milhões de euros por ano. E quando temos uns Serviços Municipalizados de Transportes de Coimbra que são apenas da Câmara, apenas apenas da Câmara, tem 494 Km de extensão de linhas e recebem da Câmara, como resultado de compensação dos resultados líquidos de exploração negativo, qualquer coisa como quatro milhões de euros. Não é justo isto! Do ponto de vista dos dois percursos considerados, e evidentemente muito menos é justo do ponto de vista nacional.

Portanto, aquilo que tenho repetidamente dito, e foi deliberado pela Câmara Municipal nesse sentido, não consigo ver possível que no percurso urbano de Coimbra, haja dois tipos de transporte diferentes.

O concurso entretanto foi colocado em concurso público, como eléctrico rápido de Serpins até Coimbra.

As pessoas de Serpins, da Lousã e de Miranda terão a possibilidade não só de ir em eléctrico rápido até à Estação Velha, como ainda directamente até aos hospitais, e muito naturalmente irão muito mais vezes aos hospitais do que à Estação Velha.

Entregou a Metro Mondego em relação a esta questão, um parecer feito pelo Senhor Professor Pedro Gonçalves, que dizia que o concurso se podia alterar mantendo-se com estas pequenas duas alterações e estava tudo bem.

Portanto, o que entendo nesta altura, e já o pedi, aliás com deliberação expressa, (sou como sabem o Presidente da Assembleia Geral da Metro-Mondego, não remunerado, que não haja dúvidas porque recusei a remuneração) em Assembleia Geral da Metro-Mondego, todas as Câmaras o fizeram, quando o acionista Estado disse que nos dava 20 dias para apresentar a Administração da Metro um novo orçamento reduzido, nós dissemos muito bem, estão aí 20 dias, faça favor o accionista estado apresentar o seu Projecto para o Metro-Mondego, mas o projecto total, sistemas de transporte, alternativas tecnológicas, forma de financiamento, forma de indemnização compensatória, ou não. Acho que, sem isto a Câmara Municipal de Coimbra não pode deliberar sobre a questão.

A única coisa que fizemos foi estender o prazo que o Governo deu a si mesmo, desde Setembro até agora, ou seja, até à próxima reunião da Assembleia Geral da Metro-Mondego. Não há aqui qualquer violência antes pelo contrário, há compreensão efectiva pelo Governo e as suas dificuldades. Portanto, se até à próxima sessão da Assembleia Geral da Metro-Mondego vier a ser apresentado pelo Governo alternativa, como espero e penso que pode ser em relação ao concurso da Metro Ligeiro de Superfície certamente todos ficaremos muito contentes. Senão, todos temos de estar unidos, na exigência feita a este Governo ou a outro qualquer em relação a um sistema que é fundamental por Coimbra, para resolução das suas questões de mobilidade e que, não se compreende porque não seja praticado em Coimbra, só porque Coimbra é uma cidade arredada de Lisboa e do Porto.

É esta questão que nesta altura, me levou durante estes quatro anos, a fazer um grande trabalho, que muita gente acompanhou, de exigência em relação aos Governos que me apareceram pela frente, e foram vários pelo menos três, mas com a mesma força, seja qual fôr a orientação política desses Governos.

Por último, gostava de fazer duas considerações em relação a algumas questões e à forma como são postas principalmente.

Há dois tipos de pessoas que me fazem uma impressão muito grande, são aqueles fundamentalistas religiosos americanos - os pregadores, que vêm para as televisões e dizem tudo aquilo que lhes apetece, de uma forma absolutamente idiota, aplicados a eles americanos pregadores, em relação aos vários problemas do mundo diagnosticando os males do mundo, nomeando este ou aqueles males como seu causadores directos e imediatos. Tendo soluções para tudo, resolvendo tudo, sendo eles os arautos da verdadeira forma de viver, dizendo que os outros são todos pecadores porque não pensam como eles, eximindo-se a uma vontade crítica em relação as pessoas e assumindo eles a capacidade de serem juízes de todos, como se o juízo universal pudesse resumir-se naquelas cabeças privilegiadas.

E há outro tipo de pessoas que me fazem muita impressão e que são os inquisidores contemporâneos, aqueles que acham que o mundo está mal, eles é que estão bem, e seja o que for eles tem de ser juízes togados para fazerem aquilo que se chama justiça popular. Ora, a propósito de justiça popular, gostaria de recordar uma coisa. Havia um sistema, que depois acabou mal, se todos se recordam, na Albânia que tinha coisas extraordinárias, não tinha sistema democrático, mas era uma democracia popular, não tinha um sistema de justiça, mas achavam que eram justiceiros as pessoas, tinham uma grande obra pública, que eram os abrigos para a guerra nuclear, nunca houve guerra nunca nuclear que abrange-se a Albânia, mas foram utilizados todos os recurso da Albânia na democracia popular naquela participativa em que toda a gente participava, até o Sr Enverox, que acabou de ser morto pelo povo, para construir os abrigos nucleares. Ora bolas, que democracia participativa que era esta! Afinal participaram tanto que construíram exactamente aquilo que a Albânia não precisava! Mas de facto o que acontece com este Sr. Enverox e com esta democracia popular, foi uma caricatura daquilo que poderia em qualquer país do mundo, nós não estamos imunes a isso, basta de facto a vontade das pessoas se exercerem nesse sentido, não me parece que seja o mais razoável, nem o mais adequado.

Continuo a defender a velha democracia representativa, aquela a qual todos os senhores que aqui estão e nós que aqui estamos fomos eleitos. Tenho muita honra, em ser representante do povo que me elegeu, e não alijo a responsabilidade de responder perante todos, e perante o povo que me elegeu pela responsabilidade que me atribuíram.

E portanto, de facto não há aqui duas formas de pensar que é conveniente que se competabilizem para saber o que é que estamos a fazer e o que é que representamos.

Somos políticos fomos eleitos dentro deste sistema, para este sistema! Temos regras deste sistema, não temos outras.

Pode o sistema judicial ser utilizado e deve, para evitar excessos ou evitar ilegalidades. Agora o que não pode nem deve, é ser utilizado o sistema judicial para ofender as outras pessoas. Para que, se o bastasse que se

levantasse uma dúvida, para a pessoa imediatamente seja condenada na opinião pública, para fazer com que a tal sistema de justiça popular ultrapasse a justiça dos tribunais. Acho que isto, na verdade, é um exagero. Exagero para quem pensa assim e exagero para o próprio sistema de justiça. E principalmente o que acontece é que, algumas pessoas que usam o sistema de justiça para afirmar os seus princípios, recusam o sistema de justiça para quem sequer defender de ser agredido.

Quando eu sou ofendido, e acho que fui difamado, tenho todo o direito de fazer exercitar aquilo que a lei me permite, que os Tribunais portugueses me permitem, e por isso ninguém poderá impedir de fazer isto.

Mas gostaria por último dizer, em relação a um ponto concreto, que foi aqui levantado, para as pessoas perceberem aquilo que eu disse, porque é que disse, e porque é que vou dizer outra vez uma coisa equivalente.

Disse que havia manipulação na opinião pública, é verdade! havia e há, manipulação de opinião pública. Concretamente no caso, Jardins do Mondego, que eu dei aqui informação na Assembleia passada, que foi de todas as peças que incluíam os despachos, as aprovações da Câmara e da Assembleia Municipal, em relação a um ponto concreto que era a aprovação do Alvará de loteamento, foi aprovado naquelas circunstâncias que acabou aprovação em 98.

Aquilo que nesta altura estão a colocar, é a questão do aditamento, e é muito engraçado, porque verdadeiramente o que acontece é que as duas coisas são tratadas como se as coisas fossem uma e a mesma coisa. Até foi chamada a coacção aqui, o parecer da Comissão da Coordenação de Desenvolvimento Regional.

E o que é que diz o parecer da Comissão da Coordenação de Desenvolvimento Regional, acerca do aditamento ou alvará diz assim:

*Assim, se consideramos de acordo com aquelas definições o estacionamento como infra-estrutura, poderá eventualmente aceitar-se que haverá compatibilidade com o PDM de Coimbra uma vez que temos de admitir que a ocupação prevista para as designadas zonas verdes de uso público, pressupõe que seja permitida a realização das necessárias infra-estruturas nomeadamente os estacionamentos.*

Portanto, aquilo que o parecer diz, em relação ao aditamento ao alvará que foi objecto de uma deliberação desta Câmara, é que ele está conforme o PDM e com a lei, e portanto não é verdade que as duas coisas sejam tratadas da mesma maneira.

Por isso, se em relação ao anterior poderia ter dúvidas porque o próprio parecer da Comissão da Coordenação de Desenvolvimento Regional, tem dúvidas, e mesmo assim não é afirmativo, porque depende o seu juízo final sobre isto de elementos a fornecer pela Câmara Municipal, está aqui escrito.

Se assim o é, em relação ao segundo ponto é manifestamente claro e se conforma dentro dos poderes da Câmara e dentro da legislação aplicável pelo PDM.

Como é que se manipula a opinião de um parecer escrito, dizendo o contrário daquilo que nele se diz. Isto é apenas, para vos dizer que realmente tenho uma tranquilidade muito grande, em relação a tudo isto. Acho que a lei deve ser usada, não tenho nada contra a utilização da lei. A lei vale para nós podermos exercer os nossos direitos, na certeza porém, de que a lei, tem interpretações

várias, quem a aplica são os tribunais, e mesmo dentro dos tribunais pode haver opiniões várias em relação a uma determinada factualidade."

Seguidamente o Presidente da Câmara delegou em alguns vereadores, as respostas às questões levantadas nesta Assembleia.

Intervenção do Vereador Marcelo Nuno:

Queria dizer duas apenas ou três coisas muito breves para não perdemos muito tempo. Queria dizer ao senhor deputado do Bloco de Esquerda que percebo que lhe dê algum jeito que as coisas fossem assim e percebo que goste de fazer o papel de tontinho que não percebeu as coisas, mas vou lhe explicar novamente.

O que eu disse, foi que nós de facto devolvemos o dinheiro às "Águas de Coimbra" não ficamos com ele como se fosse nosso, devolvemos às Águas de Coimbra como senão fosse, o que eu tenho é o direito de pedir aos tribunais que esclareçam se era ou não era. Se os tribunais acharem que era, eu ofereço a instituições de caridade, se acharem que não, ficam as coisas assim e ficamos todos bem.

Foi isto que eu disse, percebo que lhe dê jeito para outra coisa. e percebo que vivam do enchocalhamento, do estralhadoço público que conseguem fazer outras coisas. e percebo que se importem menos com aquilo que são os interesses das populações.

Não estive presente a quando da intervenção da senhora deputada do Bloco de Esquerda, mas não ignoro aquilo que disse.

Tive a ocasião de mandar um excerto daquilo que disse, a uma advogada e agora tenho de lhe dizer duas coisas. Antes demais queria-lhe dizer o seguinte:

A empresa a que pertença, desenvolve projectos em muitos pontos do País não é só em Vila da Feira ou em Coimbra, desenvolve também no estrangeiro. Se vir no *site* diz lá até que sugerimos cerca de dois milhões de metros quadrados a nível europeu, até um pouco mais, mas se puxar um pouco pela imaginação estou certo que encontrará uma razão qualquer, uma incompatibilidade qualquer, de elevado interesse nacional a qual a actividade da minha empresa não esteja compatível. E já o faz, muito antes de eu lá ter chegado, fará para além da minha existência e faz independentemente da minha existência, é assim que funciona e não é crime nenhum as pessoas terem actividades económicas. São lícitas, são legais, são transparentes!

Portanto, queria dizer-lhe no que diz respeito à Quinta de S. Jorge de Milreu, que avisei o Senhor Presidente na altura ele me convidou para pertencer ao elenco autárquico, disse-lhe que havia de facto esta questão a minha empresa tinha sido a instada a participar num negócio em Coimbra. Tive a ocasião de lhe dizer isso, porque percebi que isto mais tarde ou mais cedo daria a oportunidade de alguém que tem as atitudes sistematicamente e recorrentemente que os senhores têm, de o magoar com isto, de criar conflitos com isto, de fazerem insinuações, de criar factos políticos com isto.

Tive a ocasião de voltar a lembrar ao Senhor Presidente desta matéria, muito antes do assunto ir à reunião de Câmara. O meu lugar está sempre à disposição do Senhor Presidente, quando entender que isso é prejudicial para si, estou cá porque ele que me convidou.



Tenho felizmente uma actividade profissional que não depende da politica, por isso dá-me um à vontade de vir aqui dizer aquilo que penso sempre. E portanto quero dizer também que vou dar a oportunidade à senhora deputada do Bloco de Esquerda para demonstrar no sítio próprio quais foram as interferências que eu exerci, e quais serão as interferências que eventualmente venha a exercer, e quais são os negócios menos claros que a empresa a que eu pertença tenha no município de Coimbra ou noutro qualquer, terá o sitio certo a oportunidade de o fazer."

*Intervenção Vereador João Rebelo:*

Quero dar uma pequena clarificação de algumas questões que foram levantadas e que devem ser devidamente precisadas.

Em primeiro lugar e relativamente ainda ao processo Jardins do Mondego, terá sido proferido que não estão a ocorrer as demolições. É falso, uma vez que estão a decorrer demolições, e a Câmara Municipal como não poderia deixar de ser, exigiu um plano de demolições, o prazo de execução e elas estão a ser desenvolvidas de acordo com esse plano de demolições.

Em segundo lugar e relativamente ao Planalto de Santa Clara foram referidos alguns aspectos que devem ser precisados.

Estamos a falar de uma unidade de execução, figura que sendo próxima do Plano de Pormenor, não é exactamente um plano de pormenor. Estamos no entanto, a falar de algo para o qual, e em particular às obras em curso do Fórum, a obra pública que está a ser feita e que será disponibilizada à Cidad, ultrapassa os 9 milhões de euros.

Em terceiro lugar, foi dito que alguém pelos vistos, teria com fins estranhos, que fosse facilitar o quer que seja, alterar túneis para viaduto, e mais uma vez é absolutamente falso. Primeiro porque a deliberação da Câmara fala num montante de valor de infraestruturas, é até esse montante de infraestruturas que é o montante que eu disse. Em segundo, porque a discussão entre uma solução túnel ou uma solução ponte viaduto, foi tomada depois de avaliadas todas as questões, e em particular a pedido das "Águas de Coimbra", face à drenagem das águas pluviais e do conflito com as suas infraestruturas, e também pelo facto que sendo em túnel criaria uma barragem à drenagem das águas subterrâneas considerada com riscos, e na sequência dos quais se optou por esta solução que obrigou, ao contrário, a estudos e funções de integração paisagística que não estavam inicialmente pensadas.

E finalmente lembrar, que toda esta área da margem esquerda que cujo o crescimento ocorreu infelizmente durante muitos anos de forma desordenada, de forma destruturada, um pouco à semelhança do que se passou na zona da encosta nascente da Cidade. Estamos neste momento exactamente a fazer o oposto, é bom não esquecer isso. Ou seja, pela primeira vez se está, a trabalhar esta área de acordo com um plano que o estrutura, de acordo com uma unidade de execução que curiosamente apenas vem dar quase satisfação, não apenas ao que está no Plano Director Municipal, como algo que já está referenciado nos instrumentos de Ordenamento e Planeamento do Município, pelo menos desde o Plano Garret, ou seja, desde pelo menos 1955, assim está identificado os instrumentos de planeamento como unidade residencial.

Terceira e última questão que foi referida e que merece ser precisada, prendesse com a zona envolvente do Instituto Universitário de Vasco da Gama.

O senhor Presidente da Junta referiu, que gostaria e quereria obviamente assegurar que a zona em causa fosse uma zona, e seja uma zona e que seja protegida a encosta e aquela grande parte daquela mata pelo menos, e ao mesmo tempo a referiu da importância que se revestiu para aquela zona, naturalmente para o Município da existência do Instituto Universitário Vasco da Gama.

Nesse quadro e no sentido, penso eu, de reconciliação nesse aspecto já talvez em 1998/99, a Câmara Municipal acordou com o Instituto Universitário Vasco da Gama a elaboração de um Plano de Pormenor para aquela zona. Aquilo que se está agora a ouvir falar é, a retomar e o desenvolvimento dessa questão está acordada desde 1998/99.

Teve a Câmara Municipal o cuidado na deliberação, para quem a ler, de colocar lá, exigências na sua elaboração de protecção da Mata, e outros enquadramentos paisagísticos etc, e que portanto, tem de ser atingidos no planeamento em causa.

Mais do que isso, o que foi deliberado, neste momento, foi iniciar o processo no ponto de vista formal. E em primeiro momento do instrumento de planeamento é a participação pública, ou seja, toda agente vai ser ouvida e a Junta de Freguesia terá a oportunidade também de se pronunciar.

Finalmente, e em terceiro lugar, a Câmara Municipal não adjudicou o Plano de Pormenor a nenhuma entidade estranha, a Câmara Municipal faz como a lei prevê, como em muitos casos é feito, o Plano de Pormenor é da Câmara Municipal, os estudos de preparação podem ser feitos com colaboração de alguém, e serem feitos com a colaboração do Instituto Universitário Vasco da Gama, obviamente nos parece razoável e foi assim que a Câmara o entendeu."

*Intervenção do Vereador Gouveia Monteiro:*

"Primeiro, relativamente a Brasfemes, a Câmara deliberou tomar posse administrativa e o proprietário foi notificado da deliberação camarária e reagiu. E reagiu dizendo que ía propor uma providência cautelar.

Neste momento, não faz sentido nenhum prolongar uma demanda relativamente aquela demolição. Trata-se de uma obra de demolição, para cortar uma curva extraordinariamente perigosa, e portanto o proprietário acedeu a demolir a casa, e ficou apenas de fazer um pedido de informação prévia relativamente à eventual viabilidade que parece confirmar-se da análise que fizemos com os técnicos da Gestão Urbanística, de poder nas trazeiras da casa instalar uma unidade de restauração. Entre ter uma demanda em tribunal, durante um ano, ou ter um pedido de viabilidade emitido dentro de um mês, optamos pela segunda possibilidade. Naturalmente se esse pedido de viabilidade não entrar, demoliremos a casa de acordo com a posse administrativa que foi deliberada pela Câmara, se ele entrar teremos um acordo amigável com o cidadão que me parece uma perspectiva mais interessante, mas que não deixaremos arrastar.

Relativamente a Santa Clara, e à intervenção do presidente de junta, José Simão quero dizer que não temos nada, relativamente ao realojamento da pessoa que falou (o Zé dos alicates). Estamos perfeitamente disponíveis, como lhe disse na altura, para o realojar. Neste momento, encontramos-se

com uma situação algo difícil na Casa das Cruzes mas poderá mudar-se nos próximos meses. Apenas queremos é ter a garantia de que ele tem autonomia do ponto de vista clínico para se manter num quarto na Casa das Cruzes, se não estará melhor porventura numa residência assistida onde tenho outro tipo de apoio médico. Aliás depois da sua intervenção fiquei preocupado com o seu agravamento que me pareceu perceber.

Agora José Simão, com toda a clareza, nós realojámos desde Janeiro de 2005, ao abrigo do programa Prohabita sete famílias de Santa Clara, mais uma que tínhamos realojado no final de 2004. Não os realojamos em Santa Clara, porque não há habitação social, no local. E porque a proposta que fiz, nos loteamentos de maior dimensão a Câmara ficasse com habitações para realojar famílias mais pobres, aliás podem por essa via ter melhores oportunidades de emprego, e recursos de vida etc. ainda não está em prática, já está no nosso regulamento municipal mas ainda não está com prática normal, dos loteadores em loteamentos de maior dimensão, cederem casas à Câmara para realojamentos.

Espero que o meu amigo José Simão apoie esta proposta, essa pode ser uma possibilidade também de continuarmos a resolver problemas de cidadãos de Santa Clara, abrangidos pelo programa Prohabita ou não, e de pedir a todas as juntas de freguesias, de que situações urgentes de cidadãos, em situações de miséria, como aquelas que foram relatadas, venham rapidamente à nossa comunicação porque o Departamento de Habitação está cá para os resolver."

**“COMISSÃO MUNICIPAL PARA O METRO LIGEIRO DE SUPERFÍCIE (“METRO MONDEGO“)**

O assunto sobre a proposta da Comissão de Acompanhamento do Metro Ligeiro de Superfície foi retomado, tendo o deputado municipal Vassalo Abreu, autor da proposta sobre o mesmo assunto e atrás referida, disse que numa conferência prévia de líderes dos grupos municipais chegaram a uma proposta com uma redacção consensual e que a seguir se transcreve:

**“COMISSÃO MUNICIPAL PARA O METRO LIGEIRO DE SUPERFÍCIE (“METRO MONDEGO “)**

-Considerando que o metro ligeiro de superfície (MLS) ou o eléctrico rápido, vulgarmente designado por “Metro Mondego”, tem uma importância vital para Coimbra e para a sua área envolvente mais próxima, entre outras, pelas seguintes razões fundamentais:

- i)- para a mobilidade urbana, reduzindo a intensa circulação automóvel no interior da cidade;
- ii) – para afirmar a centralidade de Coimbra relativamente aos concelhos vizinhos, em particular os Miranda do Corvo e da Lousã;
- iii)-enfim, para termos mais e melhor qualidade de vida em Coimbra;

-Considerando que um projecto com este sentido e alcance pressupõe e implica, necessariamente, uma atitude de diálogo e de concertação entre o Governo e os Municípios nele envolvidos (Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã), em ordem a encontrar a solução global mais adequada do ponto de vista técnico e económico-financeiro e que melhor sirva os interesses das populações e do desenvolvimento da área abrangida;

-Considerando que, com base neste pressupostos, urge encontrar essa solução globalmente adequada, tendo em vista obter a imprescindível dotação

financeira, sem a qual a concretização do projecto, previsivelmente, não será viável;

-Considerando que a Assembleia Municipal de Coimbra, ao abrigo das suas atribuições e competências, não pode (deve) manter-se alheia a tão relevante projecto para o nosso futuro colectivo;

A Assembleia decide criar uma COMISSÃO MUNICIPAL PARA O METRO LIGEIRO DE SUPERFÍCIE (“METRO MONDEGO”), com os seguintes objectivos essenciais:

1)-Efectuar um balanço factual e objecto sobre as principais vicissitudes por que passou o projecto do metro ligeiro de superfície (“Metro Mondego”) desde o início até à presente data, elaborando, para o efeito, uma espécie de “Livro Branco”, a submeter à apreciação desta Assembleia Municipal e à publicidade crítica dos cidadãos;

2)-Acompanhar, de perto, a concretização do projecto, inteirando-se das diligências e iniciativas que forem desenvolvidas nesse sentido, dando conta das mesmas a esta Assembleia, em tempo oportuno.

3)-Desenvolver iniciativas e diligências próprias, nomeadamente, solicitando audiências com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República e com a Comissão Parlamentar das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

4)-Fazer sentir, junto do Governo a importância do projecto do "Metro Mondego" para a população de Coimbra e da sua área envolvente, e, em consequência, solicitar respostas, tão rápidas quanto possível, nomeadamente, quanto às questões-chave de saber se quer, ou não, o eléctrico rápido de superfície e, se quer, que tipo de Projecto pretende implementar e quando."

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta subscrita por todos os Grupos Municipais, a qual foi aprovada por unanimidade.

### **Período da Ordem do Dia**

#### **Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Nos termos da lei, a informação escrita do Presidente da Câmara, bem como da situação financeira do Município, previamente distribuída por todos membros da Assembleia, que dada a sua extensão fica apensa à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

#### **Ponto 2 - Suspensão parcial do PDM Coimbra-Medidas preventivas-Plano de Pormenor da Arregaça:**

Intervenção do deputado Municipal Pinto Ângelo (CDU):

Apesar de não estarem, neste momento, aqui os trabalhadores da Sociedade de Porcelanas, apesar de mediaticamente poder não ter aquele impacto que é normal, quando os directamente interessados aparecem nesta Assembleia, e fazem ouvir directamente a sua voz, penso que, pelas implicações directas que a aprovação desta matéria terá forçosamente para o futuro dos trabalhadores da Sociedade de Porcelana. Tendo em conta e apesar disto estar mencionado na acta que aprovou a deliberação da Câmara neste sentido, penso que esta Assembleia Municipal deverá registar em homenagem a todas as outras declarações de intenções já aqui fizemos em Assembleias anteriores, face aos trabalhadores que podem e estão em causa, neste processo conturbado da Sociedade de Porcelana. Deveremos nesta altura, porque nesta altura este significado é maior, deixar bem claro, que não pode haver alteração da

execução do Plano de Pormenor em relação aos terrenos da Sociedade de Porcelana, se não fôr cumprido escrupulosamente e com todo o conteúdo o protocolo estabelecido e consentido da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Coimbra, em 12/01/04, ou seja, não procederá a aprovação da unidade de execução prevista, neste sentido, sem que a manutenção dos postos de trabalho disponibilizados pela empresa e existentes à data da celebração do protocolo na área do município seja verificada.

Sob pena, e vale a pena, sempre, sei que está em acta, e que se for reforçado, mas porque esta Assembleia tem também um grau de responsabilidade na aprovação disto, penso que não é despiciente que seja referido que esta aprovação é feita expressamente nestes termos e com este condicionalismo."

Intervenção da deputada Municipal Catarina Martins (BE)

"Registei na intervenção do Dr. Maló de Abreu, e do Senhor Presidente da Câmara, algumas confusões sobre o conceito de democracia participativa, considero uma manifestação de iliteracia mas o Bloco de Esquerda terá todo o prazer em explicar o conceito, mais tarde, nesta Assembleia.

Quanto ao parecer da CCRC, que nós levantamos aqui, e trouxemos, sabe o Senhor Presidente da Câmara que já trouxe a mesma explicação, já a deu ao Tribunal, já deu ao IGAT e que não satisfiz essas entidades. Uma vez que sabe muito bem o Senhor Presidente da Câmara que excede a área de impermeabilização permitida para aquela área e que o equipamento que refere não pode ser considerado complementar do Parque Verde uma vez que se encontra do outro lado uma linha férrea para além de dificilmente como diz o parecer que acabou de nos entregar se poder considerar o equipamento dessa natureza.

Passo a outra questão que tem a ver como esta Câmara lida com o PDM.

Sobre este assunto a deputada Catarina Martins disse o seguinte:

"Senhores deputados

Senhoras deputadas

Propõe-nos a Câmara a suspensão do instrumento primeiro de gestão territorial – o PDM –, numa área específica, de modo a permitir a concretização do Plano de Pormenor da Arregaça. Não podemos menosprezar a importância do Plano de Pormenor, quando este corresponde, no verdadeiro sentido do termo, aos objectivos e à filosofia que estão subjacentes à sua criação, ou seja, quando representa, realmente, a concretização de uma reflexão e de um planeamento estratégicos relativamente à organização espacial de uma área específica do território municipal, através de um processo alargado e democrático de discussão pública. Nesta perspectiva, parece-nos que a Arregaça constitui uma oportunidade privilegiada para o uso adequado deste instrumento de gestão territorial, de modo a construir, naquela zona particular, a cidade que desejamos, e não a cidade que vai nascendo ao acaso, ao sabor de intervenções casuísticas, licenciamentos descoordenados, ou ao reboque de interesses e necessidades particulares.

Contudo, a proposta que hoje nos é submetida pelo executivo camarário, tal como é formulada, parece-nos subverter a lógica que ela própria afirma, abrindo portas à desvirtuação ou, inclusivamente, à definitiva anulação do próprio Plano de Pormenor da Arregaça. Senão, vejamos:

A proposta da Câmara de suspender parcialmente o PDM na zona a abranger pelo Plano de Pormenor é fundamentada através da invocação do

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro. Ora, legalmente, ao contrário do que a proposta estranhamente afirma, na informação elaborada pela Chefe de Divisão de Ordenamento e Estratégia, o facto de o Plano de Pormenor introduzir alterações ao PDM em vigor, não implica a sua suspensão na zona em causa. Pelo contrário: o decreto-lei referido não encara com leviandade as suspensões do PDM; antes é suscitado, como se afirma claramente no respectivo preâmbulo, pela necessidade de “obstar ao recurso sistemático à figura da suspensão do plano”. Neste sentido, são definidas as condições para suspensão do PDM por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da Câmara, e sujeita a ratificação do governo. Assim, segundo o disposto no art. 100.º alínea b), esta medida só é possível “quando se verificarem circunstâncias excepcionais resultantes de alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento social local ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano.” O articulado pressupõe que a fundamentação da proposta camarária especifique devidamente estas circunstâncias excepcionais de incompatibilidade entre as opções do PDM e do Plano de Pormenor da Arregaça. Ora, esse requisito legal não é cumprido na informação que nos é submetida, a qual se limita a citar o decreto referido e, de uma forma inaceitavelmente sumária, refere a “necessidade de valorização e a qualificação urbano-ambiental da zona”, curiosamente com menção do Metro Mondego, projecto que, como todos sabemos, se encontra bloqueado e não será concretizado tão cedo. Para além disso, defende a suspensão do PDM em toda a zona abrangida pelo Plano de Pormenor, impedindo, desta forma, que as circunstâncias excepcionais eventualmente existentes possam ser detectadas através da respectiva delimitação geográfica. Estender-se-ão elas à totalidade da área indicada, o que seria absurdo? Se há problemas específicos, é necessário precisá-los, expô-los detalhadamente e sujeitá-los à devida discussão, nomeadamente nesta Assembleia. Ou será porventura intencional o carácter extremamente vago da informação?

A timidez, a fraqueza e a limitação das medidas preventivas propostas parece confirmar esta intencionalidade. Preconizar simplesmente o recurso ao parecer vinculativo da CCDR-C é manifestamente insuficiente, sobretudo porque, uma vez suspenso o PDM na zona em causa, a CCDR-C não terá normas urbanísticas pelas quais aferir os respectivos pareceres. Na proposta da Câmara faltam regras específicas que obstem a acções de construção, as quais, a verificar-se, poderão tornar obsoleto o próprio Plano de Pormenor da Arregaça. Por exemplo, a suspensão da definição, pelo PDM, de uma zona industrial onde se situa a actual fábrica da Sociedade de Porcelanas, poderá abrir a porta à edificação do hotel previsto para aquele local pelo empresário, sem que este tenha de respeitar a obrigação, assumida perante os trabalhadores e a Câmara, de construir o hotel somente após a construção da nova fábrica em Coimbra. Afirmou o Sr. Presidente da Câmara que obstará a que isso aconteça, recusando a concessão do respectivo alvará. Não nos parece, porém, que tal seja suficiente. É necessário que faça parte expressa das medidas preventivas que legitimam a suspensão proposta do PDM, como muitas outras, nomeadamente a regulamentação detalhada da zona residencial

situada entre a Rua do Brasil e a linha-férrea, ou a zona que confina com o campo de futebol do União de Coimbra.

Como o pequeno exemplo relativo à zona industrial comprova, as medidas preventivas propostas constituem uma demissão por parte da Câmara em relação à gestão do espaço da Arregaça durante dois anos. O congelamento das determinações do PDM naquela área poderá resultar no inverso do que a Câmara supostamente pretende, ou seja, na absoluta liberalização do espaço a uma ocupação arbitrária que criará obstáculos intransponíveis à própria concretização do Plano de Pormenor. Outra seria a solução mais adequada e mais óbvia: realizar o Plano de Pormenor, o qual, com a legitimidade democrática que resulta do processo de discussão pública e mediante parecer favorável da CCDR-C, seria ratificado pelo governo (art. 80º nº 3 da alínea a) do Decreto-Lei 310/2003), efectivando, por esta via, a alteração do Plano Director Municipal (art.93º nº 2 do Decreto-Lei 310/2003). Na nossa perspectiva, só desta forma podem ser concretizados os objectivos enunciados para o Plano de Pormenor da Arregaça. Só desta forma este Plano de Pormenor pode corresponder verdadeiramente à finalidade e ao sentido que lhe estão subjacentes enquanto instrumento de gestão territorial. De outra maneira, serve apenas de subterfúgio ou de estratégia à acomodação de interesses privados, que constitui preocupação constante do executivo do Dr. Carlos Encarnação, tal como pudemos verificar no mandato transacto, em questões que, também elas, diziam respeito ao PDM e relativamente às quais a Câmara se senta, por duas vezes, no banco dos réus.

Com a ligeireza com que é apresentada, a presente proposta de suspensão do PDM é apenas mais um exemplo do padrão de comportamento da maioria PSD que governa o município em relação ao instrumento maior de gestão territorial: ora não hesita em violá-lo, como nos casos Eurostadium e Jardins do Mondego; ora o suspende, ou ameaça suspendê-lo como um entrave a decisões autoritárias, como fez o Dr. Carlos Encarnação, no mandato anterior, relativamente aos terrenos da Penitenciária. Deste modo, não se procura utilizar os mecanismos de flexibilização em consonância com o PDM, mas atalha-se caminho, sacrificando decisões potencialmente mais democráticas e sustentáveis, ao serviço, porventura, de interesses clientelares associados ao ramo imobiliário. A frequência com que estes interesses têm manietado uma prática urbanística saudável por parte dos executivos camarários é motivo para nos perguntarmos se existe vida em Coimbra para lá deste sector."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Senhor Presidente sobre este ponto em concreto, queria dizer o seguinte: Nós vamos votar favoravelmente esta proposta. Mas também estamos completamente de acordo com aquilo que disse o deputado Pinto Ângelo, porque somos absolutamente favoráveis a que estes processos sejam por um lado transparentes, e o que estamos a votar não é a alteração do Plano de Pormenor, mas a Suspensão Parcial do PDM. Nós havemos de ter aqui depois a possibilidade de votar, mas, salvaguardando inequivocamente as condições estabelecidas no protocolo que foi assinado entre a Câmara Municipal e o Empresário que fez o que fez, e nós sabemos como o fez. Portanto, é a nossa convicção, é a nossa certeza que vai ficar bem definido para hoje com esta maioria ou no futuro com esta maioria, estar

salvaguardado este aspecto, de que aquela zona vai respeitar o que foi acordado em termos de protocolo.

A nossa palavra aí, tem de ser só uma, porque mais uma vez é preciso dizer, nós queremos transparência em que os processos todos e fundamentalmente que não há aqui interesses económicos porque o poder político do nosso ponto de vista, também, sobrepõe-se sempre aos interesses particulares e aos interesses económicos."

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, com dois votos contra, sob proposta da Câmara Municipal datada de quinze de Dezembro do ano transacto, aprovar a Suspensão Parcial do Plano Director Municipal de Coimbra-Medidas Preventivas/Plano de Pormenor da Arregaça, nos mesmos termos da deliberação tomada naquela data.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Declaração de Voto do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**

"Votamos contra a proposta apresentada, porque:

1. Consideramos o Plano de Pormenor um instrumento de gestão territorial fundamental, em virtude de concretizar uma reflexão e um planeamento estratégicos relativamente à organização espacial de uma área específica do território municipal, através de um processo alargado e democrático de discussão pública;
2. Nos parece que a Arregaça constitui uma oportunidade privilegiada para o uso adequado deste instrumento de gestão territorial;
3. A concretização do Plano de Pormenor da Arregaça não requer a suspensão do PDM, antes, a concretizar-se, tornará efectivas as alterações conferidas ao mesmo espaço (artº 93º nº2 do decreto-lei 310/2003);
4. A proposta da Câmara não está suficientemente fundamentada, no que diz respeito às circunstâncias excepcionais que motivam a suspensão do PDM;
5. As medidas preventivas são manifestamente insuficientes, uma vez qual a CCDR-C não disporá de lei de referência para a emissão dos pareceres. Para além disso, ao contrário da Câmara, trata-se de um órgão não responsabilizável;
6. A suspensão do PDM sem as devidas medidas preventivas resulta numa desregulamentação do espaço que abre a porta a uma ocupação carente de gestão e que pode comprometer a realização do Plano de Pormenor;
7. É a disposição do PDM que rege como zona industrial a área da actual fábrica da Sociedade de Porcelanas, ao impedir a construção do hotel ambicionado pelo empresário, a garantia de cumprimento do protocolo que exige a construção de uma nova fábrica;
8. Não admitimos a perversão deste instrumento de gestão territorial como subterfúgio para a desregulamentação das áreas territoriais abrangidas, de modo a acomodar interesses privados;
9. Não aceitamos a forma como o executivo camarário trata o PDM, a qual nos parece pouco democrático, leviana e atentatória das boas práticas de urbanismo."

**Ponto 3 – Protocolo entre a CMC e o Grupo Amador de Teatro de Taveiro-alteração:**



Sob a proposta da Câmara datada de 30 de Dezembro de 2002, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo entre a CMC e o Grupo Amador de Teatro de Taveiro-alteração  
Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 4 – Desafectação de terreno do domínio público municipal:**

**a) Parcela de terreno na Avenida Fernando Namora**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de quinze de Dezembro último, deliberou, aprovar a desafectação do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município da parcela de terreno destinada a construção, com a área de 380,00m<sup>2</sup>, sita na Avenida Fernando Namora, Freguesia de Santo António dos Olivais, a confrontar do Norte e Poente com domínio público municipal, do Nascente com e Avenida Fernando Namora e do Sul com Maria Irene da Cruz Ventura Cardoso e Manuel da Silva Cardoso com o valor atribuído de 209 919,60€ (duzentos e nove mil novecentos e dezanove euros e sessenta cêntimos).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.

**b) Parcela de terreno na Rua Nova**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de quinze de Dezembro último, deliberou, aprovar a desafectação do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município da parcela de terreno destinada a construção, com a área de 58,22m<sup>2</sup>, sita na Rua Nova, Freguesia de Santa Cruz, a confrontar do Norte com prédio urbano Rua Nova, n.º32 a 34, do Sul com prédio urbano Rua Nova, n.º40 a 42, do Nascente com a Rua Nova e do Poente com tardoz do prédio urbano Rua do Arco do Ivo, n.º12 a 16, com o valor atribuído de 19 407,68€ (dezanove mil quatrocentos e sete euros e sessenta e oito centimos).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.

**Ponto 5 – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, delegação de Coimbra-proposta de permuta de prédios urbanos na freg. Santo António Olivais:**

Para o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, sob proposta da Câmara datada de vinte e três de Janeiro último, aprovar a permuta dos prédios:

-Prédio urbano, denominado Lote 13, Alvará de Loteamento n.º452, situado em Pinhal de Marrocos, com a área descoberta de 755,50 m<sup>2</sup>, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º5552/20001018, Freguesia de Santo António dos Olivais, a confrontar do Norte com o Lote 12, do Sul com área de cedência integrada no domínio público municipal, do Nascente com Joaquim Garcia e do Poente com área de cedência integrada no domínio público municipal (Rua C), com o valor atribuído de quatrocentos e dezassete mil duzentos e dezanove euros.

-Prédio urbano, situado na Rua Ribeiro Sanches, n.º10, Fracção B do Lote 2, situada no rés do chão do Bloco, destinada a comércio ou serviços, arrumo no piso menos um, com o qual comunica interiormente e garagem n.º 16 sita no piso menos um, descrita na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º5387/20000427, Freguesia de Santo António dos Olivais, artigo matricial

provisório nº11730, com o valor atribuído de trezentos e trinta mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos.

.A diferença dos valores dos prédios anteriores 86 766,50 €(oitenta e seis mil setecentos e sessenta e seis euros e cinquenta cêntimos) será paga ao Município de Coimbra no acto da escritura pública de permuta.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.

#### **Ponto 6 - Comissão Municipal de Toponímia-alteração ao Regulamento:**

Após alguns comentários por parte dos senhores deputados Reis Marques, aló de Abreu e Helder Abreu, sobre a funcionalidade da Comissão Toponímica, foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, com uma abstenção, aprovar a alteração ao Regulamento da Toponímia, passando assim, a Assembleia Municipal de Coimbra a ser representada naquela Comissão por cinco elementos.

Do mesmo modo, foi deliberado, com quatro abstenções, eleger os seguintes Deputados Municipais:

Helder Abreu "Por Coimbra"  
 Serpa Oliva "Por Coimbra"  
 Isabel Vargues "PS"  
 José Gabriel "CDU"  
 Serafim Duarte "BE"

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

#### **Ponto 7 - Programa Polis-Comissão de Acompanhamento - indicação do representante da AM:**

Após uma prévia conversação entre os Grupos Municipais, o deputado Maló de Abreu disse que o Prof. Dr. Martim Portugal, líder da bancada do Partido Socialista durante os últimos quatro anos deu o seu contributo a esta Assembleia, sempre na defesa de Coimbra, dos seus valores, dos seus interesses. É uma pessoa que entende ser convidada a representar esta Assembleia Municipal, na Comissão de Acompanhamento do Programa-Polis. A Assembleia Municipal deliberou unanimemente designar o deputado municipal Martim Portugal para representar a Assembleia Municipal de Coimbra na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis.

#### **Ponto 8 -IteCons-Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção-adesão e estatutos:**

Relativamente ao processo mencionado em epígrafe e sob proposta da Câmara datada de 15 de Dezembro último, a Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por unanimidade, nos termos da al. m) do nº2 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, autorizar, o Município de Coimbra a aderir ao IteCons-Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção, bem como aprovar os respectivos estatutos.

#### **Ponto 9 - Proposta do Bloco de Esquerda - Orçamento Participativo:**

A deputada municipal Catarina Martins fez uma apresentação dos documentos, já previamente distribuídos por todos os membros da Assembleia e que aqui se dão por reproduzidos.

"Proposta de Recomendação

O objectivo último e essencial da democracia é o exercício pleno da cidadania.

Nesta perspectiva, a cidade, no sentido original e abrangente da polis, constitui o território primordial e nuclear onde a democracia deve ser garante e promotora do respeito dos direitos dos cidadãos e das cidadãs e onde estes e estas são parte integrantes e activa nos processos de reflexão e de decisão que visam a ampliação dos mesmos direitos e do mesmo sistema democrático.

O crescente distanciamento e alheamento por parte dos cidadãos e das cidadãs em relação ao poder político, manifesta no elevado abstencionismo registado nos sucessivos actos eleitorais, são prova de que a democracia, no sentido pleno do termo, não pode restringir-se aos mecanismos da democracia representativa, nomeadamente aos momentos esporádicos em que os/as eleitores são chamados a escolher, através do voto, os seus representantes nos diversos órgãos de poder.

Por conseguinte, é imperioso o incremento da democracia e da cidadania através de mecanismos que incentivem a participação efectiva, critica e interveniente, constante e quotidiana de cidadãos e cidadãs na reflexão e decisão política, bem com na gestão governativa e no controle da mesma. Cada vez mais a questão da participação cidadã se coloca como condição imprescindível a uma governação aberta, transparente, sustentada, e que vá ao encontro das preocupações e ambições reais dos cidadãos e das cidadãs.

Neste sentido, é missão decisiva dos órgãos de poder eleitos no quadro de um regime democrático, com a obrigação inerente de pugnar pelo esforço da cidadania, a construção de mecanismos que permitam, impulsionem e enquadrem a participação efectiva das populações nos processos de decisão e controlo de políticas públicas concretas, aproveitando as oportunidades conferidas pelo quadro legal.

É da competência legal da Assembleia Municipal “aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento” da Câmara Municipal (artº 53º nº2 da lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº5<sup>A</sup>/2002, de 11 de Janeiro).

Neste âmbito, a Assembleia Municipal pode e deve influenciar a orientação política do executivo, formulando recomendações e até condições, de cujo cumprimento deve depender a aprovação ou a recusa dos referidos documentos. Estas recomendações e condições não devem restringir-se ao questionamento, pertinente e necessário, de determinadas opções de investimento, mas estender-se, igualmente, à própria concepção da gestão política e da democracia a exercer no município. A escolha deste tipo de intervenção não só justifica e legitima, como reforça e prestigia as funções da Assembleia Municipal enquanto órgão do município.

Neste sentido, consideramos que cabe à Assembleia Municipal de Coimbra uma intervenção decisiva no sentido de impulsionar a criação, no município de um mecanismo fundamental da participação dos cidadãos e das cidadãs na discussão e decisão pública da afectação dos recursos financeiros da câmara: o Orçamento Participativo. Como é sabido, trata-se de um mecanismo de participação cidadã internacionalmente reconhecido, com experiências de sucesso comprovadas em várias cidades do mundo. Faz parte das recomendações da Agenda 21 Local, documento produzido na Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra) realizada no Rio de Janeiro em 1992. O facto de o Estado Português ser

signatário deste documento confere responsabilidades aos municípios na concretização das respectivas directizes.

Por estas razões, por ocasião da apreciação do orçamento camarário para 2006, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda submete à consideração da Assembleia Municipal, para discussão e deliberação, a seguinte proposta de recomendação à Câmara Municipal, relativa ao orçamento participativo:

#### Recomendação

1. Considerando que uma das conclusões de todos os debates sobre a elevada abstenção, unanimemente aceite, é a da necessidade de incentivar a participação dos cidadãos e das cidadãs na gestão da sua urbe não a resumindo exclusivamente ao acto de voto eleitoral;
2. Considerando que, no quadro da Agenda 21 Local, definida pela Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), realizada no Rio de Janeiro em 1992, e da qual o Estado Português é signatário, a participação cidadã constitui um dos pressupostos para o reforço da democracia e para a aplicação dos princípios do desenvolvimento sustentável à gestão das cidades;
3. Considerando experiências, desenvolvidas com sucesso em várias cidades do mundo, que consistem em envolver activamente as populações interessadas na definição das propriedades de investimento e das orientações estratégicas do plano de actividades, construindo alternativas orçamentais;
4. Considerando a necessidade de descentralização efectiva do processo de elaboração do plano estratégico da cidade, bem como todos os planos sectoriais e territoriais do município;

A Assembleia Municipal, na reunião ordinária de 28 de Dezembro de 2005, decide recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que:

1. Na preparação e discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2007, se inicie a prática da elaboração de um Orçamento Participativo;
2. Numa primeira fase, se constitua, para tal, uma comissão para o Orçamento Participativo composta por representantes designados pela Câmara e pela Assembleia Municipal, com a participação e/ou consulta de especialistas na matéria, à qual caberá sob forma de proposta;
  - ❖ -Definir a incidência do orçamento participativo, no que diz respeito à percentagem do orçamento global e aos âmbitos das opções de investimento a submeter à decisão dos cidadãos e das cidadãs;
  - ❖ Definir zonas territoriais, na base das quais se constituirá uma rede de assembleias de cidadãos e de cidadãs para discutir o orçamento participativo, centrado sobre a escolha dos investimentos que interessam a cada zona;
  - ❖ Definir a constituição e o modo de funcionamento de um Fórum da Cidade, ao qual caberá a discussão do orçamento de investimentos para áreas e projectos transversais, que digam respeito a toda a cidade como, por exemplo, organização da cidade, desenvolvimento urbano e ambiental, desenvolvimento económico e tributação, educação, saúde, acção social, mobilidade e transportes, cultura desporto e lazer;

- ❖ Estruturar o modo de organização e de articulação das assembleias populares entre si e/ou com o Fórum da Cidade; bem como do modo de processamento da discussão nos diversos patamares;
  - ❖ Definir outras questões pertinentes no quadro da implementação do Orçamento Participativo;
  - ❖ Abrir a proposta inicial, elaborada pela Comissão, a discussão pública e, na sequência desta, concretizar uma proposta final global, a qual deve ser submetida à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação;
3. Numa segunda fase, se constitua um Gabinete do orçamento participativo, composto por representantes da Câmara e da Assembleia Municipal, com a função de pôr em prática e assegurar o funcionamento do Orçamento Participativo, nos moldes definidos pela Comissão e aprovados pela Assembleia Municipal. As instalações, meios recursos materiais deste gabinete devem ser garantidos pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal fará depender a aprovação das grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2007 e anos seguintes da sua apreciação da acção da Câmara no sentido da concretização desta recomendação."

Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):

"O que vou aqui dizer, é uma crítica ao documento que nos foi apresentado pelo Bloco de Esquerda, e não propriamente à intervenção da Sra deputada Catarina Martins, enfim objectiva e que eu subscrevo a maioria das coisas que ela disse:

O que vou ler é uma análise crítica do modelo que eles apresentam aqui para Coimbra:

"Sempre a CDU defendeu nos seus programas e nas suas práticas a abertura e a dinamização da participação dos cidadãos. No programa com que nos candidatamos a esta últimas eleições autárquicas, no parágrafo Democracia e Participação, comprometemo-nos a elaborar planos de actividade de cada área de acção – Habitação, Cultura, Desporto, Educação – com a participação das instituições e associações representativas, para auscultação e definição das prioridades de investimento.

Compete ao órgãos políticos, sob pena de desresponsabilização perante os eleitores, definir prioridades e discutir com as respectivas partes.

Pensamos que, mesmo que num quadro político globalmente adverso, os cidadãos podem ser conquistados para uma participação efectiva por áreas, como o demonstra, aliás, a experiência do vereador da CDU no pelouro da habitação, onde, em execução das propostas programáticas, houve reais iniciativas da participação dos cidadãos, nomeadamente através do incentivo à criação e dinamização de Comissões de Moradores, que funcionam de facto e são interventivas nas tomadas de decisão e até na gestão de equipamento público.

Tal prática não pode, não deve, ser menosprezada, nem minorizada, porque constitui um exemplo a alargar a todas as áreas de intervenção do município.

Não podemos, no entanto, deixar de criticar a Proposta de Recomendação apresentada pelo B.E, fundamentalmente por duas ordens de razões:

Primeiro pelo facto de fazer uma transposição mecânica de uma realidade diferente para a realidade de Coimbra, ignorando algumas experiências bem

sucedidas, nomeadamente as já referidas comissões de moradores, correndo inclusivamente o risco de as anular;

Segundo, e talvez mais grave, por ignorar a existência das Juntas de Freguesia democraticamente eleitas (as quais congregam mais de quinhentos cidadãos cuja capacidade de trabalho e de entrega não pode ser desperdiçada independentemente de juízos de valor quanto à qualidade do trabalho) e que especialmente nas áreas rurais interagem directamente com os cidadãos podendo e devendo ser as maiores impulsionadoras da participação efectiva das populações nos processos de decisão. Nós sempre nos batemos pela autonomia das freguesias e pela descentralização do orçamento da Câmara para as Juntas de Freguesia.

A ser aceite a proposta da CDU de transferência de 10% do orçamento camarário para as freguesias, estas hoje, poderiam estar a gerir um montante cerca de 9 milhões de Euros ....

Finalmente, sendo certo que a mais ampla participação dos cidadãos na definição e forma de concretização das políticas autárquicas tornam sem dúvida mais acertadas as decisões a tomar, nunca poderíamos fazer depender a nossa posição sobre as Grandes Opções do Plano e do Orçamento exclusivamente da forma da sua elaboração sem privilegiar a avaliação crítica do seu conteúdo, influenciando, valorizando e apoiando as decisões e políticas correctas, independentemente da sua paternidade, já que só assim poderemos, mesmo em minoria, responder aos desejos de quem nos elegeu.

Posto estes pontos críticos concordamos com o BE sobre a imperiosa necessidade de incentivar a participação efectiva, crítica e interventiva, constante e quotidiana dos cidadãos na reflexão e decisão política, pelo que convidamos o BE a reformular a proposta, tendo em conta as duas questões por nós levantada, ou seja a experiência já existente e o papel da Juntas de Freguesias.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

"No que concerne à proposta do Bloco de Esquerda, proposta de recomendação, evidentemente que analisando a mesma, diz a Constituição da República Portuguesa, conforme os senhores deputados do Bloco de Esquerda sabem, que a organização democrática do Estado compreende a existência das Autarquias Locais. E compete exactamente às Assembleias ou aos órgãos deliberativos dessas Autarquias, aprovar efectivamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, ou as Opções do Plano conforme lhe quiser chamar.

Isto são competências que decorrem naturalmente da própria lei, e quando os senhores fazem referência concreta a uma disposição da lei 169/99, do artº 53º nº2 na fundamentação da vossa proposta, e se referem exactamente à situação de que cabe à Assembleia Municipal aprovar as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento da Câmara Municipal, esquecem--se de um pormenor extremamente importante. É que a Assembleia Municipal não tem o exclusivo da análise e da aprovação e da elaboração prévia do orçamento. Não tem! Quem tem a competência para elaborar o orçamento é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal é que elabora o orçamento, elabora as opções, e apresenta-as sobre proposta a esta Assembleia, e é nessa base de acordo com os parâmetros formulados que a Assembleia Municipal aprova ou não aprova. Mas aprova o quê? A proposta da Câmara Municipal. Quem elabora a proposta

da Câmara Municipal, é o executivo, são os membros do executivo que foram eleitos, e que tem competência delegada dos cidadãos que neles votaram. É a Câmara Municipal que exactamente elabora esses dois documentos, o que é que a Assembleia Municipal poderá fazer, ou aprova, ou não aprova, e rejeita mas também pode sugerir se fundamentar essas sugestões. A Câmara Municipal tem competência para aceitar, ou não aceitar exactamente essas propostas.

É o que diz a lei, isto são atribuições, que estão definidas através de uma lei, uma lei aprovada pela Assembleia da República, no âmbito das disposições constitucionais vigentes, e é essa lei que nós temos de observar.

Por outro lado, é evidente que, os senhores falam também e sugerem, a intervenção de outros organismos. Falam, por exemplo, das Assembleias populares, falam do Fórum da Cidade, e nós perguntamos que representatividade, que legitimidade, quem são estes organismos poder vir a intervir neste tipo de preparação e elaboração de documentos tão importantes como são exactamente o orçamento e as opções do plano, quem são?

Os senhores esquecem-se de uma coisa, aqui muito importante isto é um erro de paumatória, de pessoas que efectivamente acham que, a democracia participativa se deve sobrepor à representativa. Os senhores sabem concerteza, e sabem que esta Assembleia tem aqui 31 Presidentes de Junta, que estão no âmbito das respectivas Assembleias das Freguesias correspondentes. Então se nós tivéssemos, e não têm, que se pronunciar, sobre o orçamento nem nas opções do plano, então estamos aqui a falar de assembleias populares, estamos a falar em Fórum da Cidade e não estamos então a falar nas Assembleias de Freguesias."

*Intervenção do deputado municipal Barbosa de Melo (Por Coimbra):*

"...O que foi mais ou menos aqui apresentado, o que é que isto é, dizem um apelo à participação dos cidadãos, não foi aqui dito, conheço bem o caso, chama-se orçamento participativo a coisas totalmente diferentes, temos sítios onde realmente uma parte da fatia do orçamento, até às vezes considerado 5% é considerável, é decidido por esta via, temos muitos municípios por esse mundo fora, que dizem praticar um orçamento participativo que estão nas redes, mas que basicamente a participação lá é uma participação consultiva. Foi apresentado Porto Alegre, e parece que os outros são todos assim, não é verdade que assim seja.

E em todos ele foi bem dito, geralmente é o princípio fundamental que está em causa, é o princípio da territorialidade da apresentação aos bairros.

Onde é que há orçamentos participativos mais importantes, que funcionam à mais tempo, foi bem dito no Brasil.

No Brasil e noutros países da América Latina, mas agora olhemos para estes países e para a situação municipal destes países para percebemos as diferenças para a nossa.

No Brasil por exemplo, os municípios em geral são grandes, e sobretudo são a unidade político ou administrativa mais pequena que existe, abaixo do município não há mais nada.

E o poder municipal sendo outra característica, o poder municipal no Brasil, é um poder muito politizado, com uma elevada proporção de políticos na gestão, e quando mudam os políticos mudam quase metade do município.

Em Portugal, como sabemos estamos muito longe desse sistema. Nem em países assim, talvez, tenha algum sentido, que uma ideia deste género, aliás ela poderá ser uma forma dela aproximar o poder dos cidadãos, que de facto numa cidade com 1 milhão e meio de habitantes, o cidadão está muito longe do decisor.

O que gostaria basicamente de argumentar, de alguma maneira foi dito por outras pessoas, é que Portugal já tem um sistema de orçamento participativo, muito melhor do que estes, nós temos um sistema que já garante muito mais coisas, do que garante no Brasil este tipo de experiência de que se chama orçamento participativo, aliás que tem entre os seus mentores muitas vezes citado inclusive pelos próprios brasileiros, um conhecido sociólogo aqui da Cidade de Coimbra.

Temos um sistema que pode ser sempre melhorado tem de ser sempre melhorado, mas que garante um nível fantástico, e não pela via da Assembleia Popular, ou de outras instâncias do mesmo género que são naturalmente influenciadas e manipuladas por pequenas minorias aguerridas, barulhentas e muitas vezes mal criadas.

Repare-se como é que é o sistema que nós temos cá, e comparemos com este que nos foi sumariamente aqui descrito.

A oposição aqui em Portugal está no próprio executivo municipal, é certo que alguma não chegou a ter o número de votos para isso, mas está.

Todos os bairros, no nosso caso são as freguesias, estão aqui neste parlamento municipal, e têm todos o direito de se exprimir, e de votar praticamente tudo inclusive o orçamento, não votam só uma parte do orçamento, votam o orçamento inteiro. E estão representados, os bairros, as freguesias, por pessoas que são a forma mais eficaz de mediação do poder popular que combina a via representativa.

Esses bairros em Coimbra já gastam 5% do orçamento municipal. Neste sistema, digamos assim, os cidadãos e as associações já são quotidianamente chamados a pronunciar-se em muitas matérias. A lei prevê por exemplo, que em matéria urbanísticas haja um processo de participação das pessoas.

E por último, no sistema português as nossas autarquias, têm hoje um corpo de funcionários, um corpo de técnico, estável não dependente da política, e que proporcionam um suporte técnico à decisão e que naturalmente pode ajudar a moderar alguns excessos.

Faz este sistema que temos em Portugal há 30 anos, muito antes que Porto Alegre, um orçamento participativo à brasileira seria na minha opinião um grande recuo, era andar para trás em relação às garantias de participação de control e de responsabilidade que nós já temos no nosso sistema actual.

E terminando, o meu Grupo está disponível sempre para aprofundar medidas que visem chamar as pessoas a participar cada vez mais na preparação, na avaliação das decisões, sem nunca retirar aos políticos as suas responsabilidades, mas naturalmente contribuindo para os acicatar, mais e mais, para buscarem sempre as melhores soluções.

Estou disponível para melhorar sempre o grau de informação que é devida pelos órgãos autárquicos aos cidadãos e as organizações. Para dignificar naturalmente mais, e cada vez mais, o papel do decisor político local, tantas vezes colocado perante dilemas mas tão difíceis, e sem poder fazer de conta que terão sido. Para andar para trás e para num passo de mágica nominalista,



dar o tal nome giro, não contem comigo, e penso que não podem contar com o nosso Grupo Municipal."

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Por Coimbra):

A deputada municipal Maria Reina usou da palavra para pedir esclarecimentos à deputada do Bloco de Esquerda dizendo que ela tinha apresentado um caso que tinha a ver com o Brasil, não tendo este as mesmas características de Coimbra e a mesma realidade de Portugal. Por isso, pedia-lhe um exemplo em Portugal onde eventualmente se terá aplicado este orçamento participativo e não as cidades que apresentou como exemplo, certamente Salvaterra de Magos.

Intervenção do deputado municipal Paulo Almeida (Por Coimbra):

"Depois da brilhante análise técnica-jurídica dos srs. deputados que me antecederam, tentarei dar uma visão mais política do Orçamento Participativo. Felizmente V.Exas são testemunhas das expressões que são aqui utilizadas pelo Bloco de Esquerda, classificando-nos com violência de cometer ilegalidades, super-riquismo, veleidades autoritárias, desprezo profundo pelos interesses dos munícipes, e por aí adiante.

Quem isto ouve, e nós já ouvimos, nem quer acreditar que outras palavras como democracia, orçamento participativo e demais adjectivos, podem ser proferidos pelas mesmas bocas. Mas, o que é certo é que o fazem. O Bloco de Esquerda pensa uma coisa e diz outra. Historicamente é assim mesmo! O Bloco de Esquerda para além do mais, pensa genuinamente que tem razão. Acreditam mesmo, que são a única razão.

Consideram que a sua vontade, que os fins que perseguem não podem ser seguidos, por certo, por aqueles que eles classificam como perversos, Políticos corrompidos dominados por interesses egoístas.

Não pode! O Bloco de Esquerda pode!

Porque o bloco de Esquerda não se encontra desviado da sua natureza, pela perversidade dos outros. O Bloco de Esquerda acha mesmo, que se todos desejassemos o que eles desejam, todos estaríamos a agir bem, e todos teríamos a ganhar com isso. No fundo, se todos fossemos do Bloco de Esquerda, não seríamos umas vítimas dos desejos perversos de uma civilização ocidental, que instila nos corações não mais que paixões.

Não passa tudo de um simples complexo de inferioridade. A ideia do bloco de Esquerda acerca da pessoa humana, boa e natural, não é mais do que a oposta à das pessoas que violentamente atacam, às pessoas por quem nutrem uma especial animosidade e aversão.

Para o Bloco de Esquerda, certamente para se ser bom, uma boa pessoa, não basta já ser pobre, tem de ser rude, tem de ser agitado, tem de ser afinal de contas selvagem.

Aqui está uma diferença, o facto de eles serem de esquerda e eu ser de direita. O Bloco de Esquerda nutre assim um sentimento contra quaisquer grupo elitistas. Deciferam uma anti-intelectualidade, violentíssima, são contra todos aqueles que têm orgulho na sua inteligência e que são colocados acima dos demais.

Esses, as palavras que eu hoje ouvi, do Bloco de Esquerda, não são mais do que a encarnação do mal. Consideram-se especialistas, de certeza que nunca

serão capazes de compreender a angústia do Bloco de Esquerda a sua natureza, evidentemente sofredora. Pois quem é refinado e sofisticado não compreende certamente a profundidade dos sentimentos que destroçam o coração do Bloco de Esquerda, que é genuíno nas suas palavras só eles têm o instinto de uma natureza muito diferente de uma sofisticada corrompida pelas cidades.

O Bloco de Esquerda manifesta um sentimento de revolta, próprio daqueles que se sentem excluídos e que nunca se hão-de sentir parte de nada. O sentimento a final de contas, dos piores ditadores, como o caso da Albânia. O Bloco de Esquerda acredita para isso genuinamente, que um humilde camponês à sombra de uma azinheira, possui uma visão mais profunda da natureza, mais profunda, a final de contas, do que é ser bom, a comportar-se correctamente, considera mais, saberá muito melhor, do que certamente um executivo vestido num fato caríssimo com uma gravata ainda mais cara.

Em suma, para o Bloco de Esquerda só esses homens simples é que estarão e terão o coração no lugar certo, porque eles são simples e não são corrompidos, estão perto da verdade. E serão eles então, porque estão perto da verdade, que devem conduzir a sociedade.

É aqui, que eu entrava, para dizer que não posso concordar, e não daria 1% para um orçamento para uma Assembleia Popular, nos moldes apresentados pelo Bloco de Esquerda.

Nós não somos a Albânia, nem o Rio de Janeiro, e é curioso ter sido votado esta coisa do orçamento participativo, que já vimos que tem vários figurinos no Rio de Janeiro, em 1992. Quatro anos antes, o macaco teão, um animal esteve para ser perfeito no Rio de Janeiro. Não nos podemos esquecer disto, não enganemos as pessoas, acredito que esta Assembleia recorde-se que não tem competência naturalmente para elaborar o orçamento mas somente para o aprovar, tomará a melhor das decisões rejeitando esta proposta do Bloco de Esquerda. Nós temos a legitimidade democrática a única que deve prevalecer que é a do voto. Não alijemos as nossas responsabilidades."

Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):

"Desculpem, mas estou um bocado estupefacto, realmente não sei se assisti a uma consulta, se é um verídico psicológico, mas é uma coisa entre o místico e o psicológico, que acho que era dispensável nesta Assembleia. Penso que nos devemos respeitar, mesmo que utilizamos termos esquisitos e da prática de outras profissões, penso que se deve ter alguma cautela nisso.

Mas quem sou eu, para ser moralista só gostava de chamar a atenção, porque me senti desconfortável e não estava em consulta realmente.

A democracia na minha perspectiva, e a do meu Partido, necessita de aprofundamentos, e de conseguirmos alguns mecanismos que melhorem a democracia representativa. Mas, esta é a base da nossa formatação jurídica ou política, é a democracia participativa que nós temos que aprofundar, com um conjunto de procedimentos e atitudes desde uma maior dinamização das juntas de freguesias, desde um maior empenhamento na comunicação da autarquia com os eleitores, desde uma maior responsabilização de todos novos eleitos, por forma a que consigamos melhorar a confiança que os eleitores depositam em nós.

É evidente que, a democracia participativa é uma forma complementar de melhorar a democracia representativa mas, nunca por nunca, a pode substituir

porque pode muitas vezes, não sendo uma panacéia, ter derivações populistas de direita ou de esquerda, e não são raros os exemplos em que isto acontece. A nossa visão, é que ela pode ser um complemento, pode ser algo que melhor mas, a nossa realidade estamos de acordo, não é a realidade de outros países, a nossa realidade é portuguesa e é uma realidade, que assente em 30 anos de uma prática democrática.

Acho que alguns procedimentos podem ser adoptados, por exemplo, arranjar uma freguesia tipo, e fazermos um ensaio tipo, para um orçamento mais participado, mas daria sempre o carácter consultivo a estes mecanismos na perspectiva de eles serem um complemento e nunca resultarem num desvirtuamento da democracia representativa.

E é nessa perspectiva, que o grupo municipal do PS pensou e discutiu, e chegamos a uma proposta que nos parece, não desprezando os contributos que a democracia participativa possa eventualmente ter na nossa Cidade e no nosso Concelho, não poderemos nunca fazer uma transposição de outras práticas para a nossa Cidade e o nosso Concelho.

Nessa perspectiva, nós proponhamos que uma comissão em que estivesse um representante da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal, três representantes desta Assembleia, e três representantes de Juntas de Freguesia para estudarem a viabilidade de podermos adoptar alguns mecanismos da democracia participativa.

O meu grupo não rejeita a hipótese de haver um conjunto de mecanismos que possam melhorar a nossa democracia e profundá-la, tendo sempre como base que a democracia representativa é a essência da nossa democracia e nessa perspectiva como não podemos rejeitar, achamos que também será prematuro e voluntarista a utilização de uma prática que não conhecemos bem, que não temos experiência na história, e nessa perspectiva uma comissão estudaria a hipótese de podermos ou não avançar com uma experiência deste tipo."

*Intervenção Presidente da Junta de Almalaguês:*

"Sou Presidente de uma junta de freguesia é a primeira vez que intervenho e tenho dificuldade em avaliar, desta forma, a proposta que nos foi apresentada. Penso que há alguma confusão no que diz respeito às propostas e no que diz respeito à prática.

Na freguesia de Almalaguês nos últimos quatro anos, tentámos que as populações participassem activamente na vida da freguesia. Nós convocámos assembleias de freguesia para os diversos lugares da freguesia, e neste caso são vinte e seis lugares, fizemos apelos à população para que participasse activamente nos trabalhos, e deslocámos as sessões da Assembleia para cada lugar ao longo destes quatro anos. Verificámos, que algumas pessoas só aparecem mais ou menos um mês e meio antes das eleições, porque durante o resto do tempo ninguém participa, ou seja, confiam plenamente em quem os geram e quem os representa, e a lei é feita para isso, e a Assembleia da República existe para alterar a lei.

Agora, tenho alguma dificuldade como presidente de junta, ao fim de algumas horas aqui, ainda não ter percebido muito bem, nada disto. Gostava muito, por respeito para com a lei e para com todos de que fomos eleitos para assumirmos responsabilidades".

Intervenção do vereador Gouveia Monteiro:

"Pedi o uso da palavra apenas para vos dar um testemunho. Porque a palavra participação é uma palavra muito rica e com imensos significados, e o testemunho que vos quero dar é apenas este:

Esta Câmara está a resolver problemas complexos no domínio que eu sou responsável por coordenar, porque há participação do povo e porque encarámos as pessoas que viviam em situações muito agudizadas. Encarámos as pessoas não apenas como destinatários das políticas que levamos a cabo, mas como sujeitos dessas políticas.

Essa é a abordagem que permite, a esta mesma Câmara Municipal hoje ter alguns problemas muito importantes resolvidos, destaco só um porque a minha intervenção foi-me sugerida pela sua, não há nenhuma contradição entre ser membro de um executivo e gerir problemas complexos com a participação directa do povo, vou dar-lhe dois exemplos:

Era impossível realojar as vinte e oito famílias que estavam numa situação absolutamente desprezível no Bairro da Misericórdia na Conchada, sem sentá-los à mesa com os representantes deles, discutir, quem vai para onde, que realojamentos vamos fazer, qual é a duração, como é que é a aplicação das rendas etc. etc. É um processo complexíssimo, que permitiu que rapidamente as pessoas se organizassem, tivessem voz activa, e que sentissem que não estavam a ser enganadas pela Câmara Municipal, estava-mos ali de olhos nos olhos a discutir um problema muito complicado que é de famílias que estão 30 a 40 anos num bairro com condições muito degradantes, e virem de repente habitar prédios de habitação colectiva, algures da cidade.

O outro é, por exemplo, aquele que permitiu num Bairro muito complexo também, é o Bairro do Ingote, pegar num problema económico, difícil de resolver, que nunca ninguém tinha pegado, desde a origem do Bairro, quer no problema das rendas não terem nada a ver com os rendimentos das famílias no seu absolutamente ilegal desde 1993 em que é obrigatório que as Câmaras apliquem renda apoiada. Era absolutamente impossível a Câmara estar hoje a arrecadar o triplo ou quadruplo do valor das rendas, que estava a arrecadar à quatro anos, num processo absolutamente pacífico, negocial que permitiu que nos amortecessemos a alteração entre as rendas demagogicamente igualitárias de mil escudos, para famílias que tinham rendimentos de 400 contos, ou de 40 contos eram todos iguais, que permitiu transformar isso, num processo gradual tendo sido amortecido e que hoje é aceite por todos os moradores como um processo justo.

Portanto, há problemas difíceis de resolver, porventura são os mais difíceis de resolver, aqueles em que um bom gestor da coisa pública pode resolver e resolve melhor se tiver a participação directa da população.

Eu próprio levei baseado nesta experiência, em dados concretos não apenas ideológicos, levei à Câmara Municipal uma proposta de constituição de um conselho local da habitação municipal, exclusivamente para a política dos bairros municipais, em que as associações de moradores estivessem assento, um morador por cada 50 fogos, de maneira que os bairros maiores e menores tivessem representação proporcional.

E propus à Câmara Municipal que assumisse uma auto vinculação de que uma pequena fatia do orçamento da Câmara para os bairros municipais, pudesse ser decidida nesse conselho.

Tenho pena que a minha proposta tenha sido derrotada, neste sentido estou a falar em nome da Câmara que não acolheu a minha proposta, mas quero dizer com toda a clareza, que se por ventura a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal entendessem levar por diante esta experiência ela não tinha nada do outro mundo. Temos um terreno concreto, em que as pessoas para além de terem votado, nas juntas de freguesias, para além de terem votado na Câmara como entenderam, para além de terem votado nos deputados municipais como entenderam, podem à mesa com a Câmara Municipal opinar e se a Assembleia Municipal e Câmara assim o entender decidir onde pode ser aplicados alguns dos dinheiros que a Câmara aplica nos bairros municipais.

Temos muitas empreitadas corrigidas pela participação da população, que nos disse façam assim, ou façam assado, não façam isto, façam antes aquilo, e nós estudamos os problemas e às vezes eles tinham razão.

Portanto, se fizemos isso, se entenderem aprovar a proposta do Bloco de Esquerda, ou outra proposta que vá neste sentido, há um terreno é esse o testemunho concreto de acção da Câmara Municipal onde estamos pronto a aplicá-lo, sem cair nem o carmo, nem a trindade e nem a cabra."

*Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):*

Tentei aqui sintetizar duas propostas concretas, aquilo que pensamos ser, a síntese das apreciações críticas que fizemos à proposta aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Naturalmente com estas propostas e a sua aceitação, poderá eventualmente ajudar a nossa posição de voto.

Uma apreciação prévia:

Penso quando falamos aqui de orçamento participativo, em nenhum ponto encontro alguma colisão para aqueles órgãos eleitos com a democracia representativa pelo contrário acho que é muito saudável os eleitos democraticamente sejam capazes de entenderem que a melhor forma de exercer o poder que o povo lhes deu, é terem em conta a voz desse mesmo povo que lhes deu essa confiança.

Não há contradição nenhuma, é um mero aprofundar da relação democrática dos eleitores com os eleitos, é a humildade democrática, que qualquer político tem que ter, de reconhecer que só por si, pode não ter as soluções todas, pode não ter todas as respostas e mesmo tendo muitas certezas, pode não estar seguramente a acertar nas melhores opções. E é esta humildade democrática que me leva a não ter receio nenhum de trocar as minhas opiniões, que defendo convictamente com aqueles que pensam de outra maneira da minha porque posso aprender com eles, estou sempre aberto a aprender e a alargar o meu âmbito de competências com as competências e os conhecimentos dos outros. A falta de humildade de reconhecimento do poder do povo, do poder das pessoas aparentemente incultas abaixo de uma azinheira ou de outro lado qualquer, e resta saber que Newton em termos de lei definiu a lei da gravidade depois de estar debaixo de uma macieira, é bom que também debaixo das árvores se apreenda alguma coisa e só espero que Coimbra não se tenha antecipado ao Rio de Janeiro e tenha eleito alguma figura menos própria para a sua autarquia.

Penso que não vale a pena entrar por aí, fazermos qualificativos de comparação, que não traduzem nada de positivo, e que só acentuam aquilo que de mais negativo, muitas vezes, os políticos apresentam.

È exactamente a sua incapacidade de reconhecer que o simples facto do seu partido os ter escolhido para exercer uma função não lhes dá a legitimidade para serem bom políticos e bons governantes, essa ganha-se no terreno, ganha-se com os eleitores e na capacidade de diálogo com as pessoas. Porque nada me diz, se uma certa e determinada directória partidária tivesse feito outras escolhas em relação a certas pessoas que aqui hoje falaram, se não estaríamos melhores servidos. E essas não tenho legitimidade. A legitimidade advém, da sua qualidade de cidadão, mas de cidadão de militantes de alguns partidos e por isso são escolhidos, não directamente pelo povo. A humildade e o ganho da relação democrática ganha-se pela prática e não á que ter medo, todos nós ganhamos com isso. E penso que todos nós estamos de acordo com este principio.

Daí que faça duas propostas muito concretas, em relação as competências e à forma do desenvolvimento do trabalho da comissão condicionado por duas formas;

Que esta comissão tenha em consideração o reforço dos meios técnicos, financeiros e das competências dos órgãos eleitos mais próximos dos cidadãos, que são as juntas de freguesia;

Segundo, alargar a todas as áreas da vereação, a prática de diálogo e fomento da participação de associações de moradores, ou outras de interesses específicos;

Uma terceira vertente que nos parece essencial, porque o facto de defendermos o alargamento da participação de todos na definição das políticas não nos inibe e não é inibidor da nossa participação exactamente quando temos possibilidades de fazermos as coisas da forma como entendermos que elas devem ser feitas.

Não é necessário que haja uma maioria de esquerda, para se trabalhar com práticas de esquerda, ou com praticas democrática, é necessário é ter vontade de trabalhar.

Na nossa opinião é desnecessário este último período deve ser simplesmente cortado, não é condicionante. Estas três questões para nós são essenciais."

Neste momento o Presidente da Assembleia respondendo às últimas intervenções disse o seguinte:

"Não posso julgar de ninguém, mesmo da sua bancada, que, não escute a população. Eu escuto. Não posso admitir que nenhum presidente de junta aqui presente e das bancadas todas, não exprima o que a população quer. Suponha que, qualquer comissão de qualquer natureza, vai contra o que ele expôs no programa eleitoral e defendeu, e que é aquilo que ele testemunha como eleito. Como resolver este problema? Repito, temos que assumir responsabilidades, eu assumo as minhas, se o senhor precisa disto para saber o que é que fez a aprovação, eu não preciso, estou conscientemente foi eleito e portanto assumo a minha responsabilidade até ao fim, não preciso de alavancas, assumo as minhas responsabilidades e creio que as freguesias também as assumem conhecem toda a gente e por isso são eleitos.

Temos que assumir a democracia, que tem 31 anos, assumamos e ninguém nos impede de escutar as pessoas."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Queria só fazer umas pequenas notas do tipo rodapé, sobre esta questão.

Confesso que ouvi pacientemente, com inquietação e com muita perplexidade algumas das intervenções que aqui foram feitas, algumas que raiaram a verborreia psico-analítica, mas sobre essa não vou tecer considerações, porque o que interessa é a substância das coisas. E na substância das coisas, quero dizer, desculpem a magia futebolista que vou utilizar, mas por momentos pareceram-me algumas intervenções de alguns senhores deputados, fizeram-me lembrar aquelas equipas com muitos bons jogadores, muito bons treinadores, mas que sucessivamente acumulam derrotas e porquê, porque não marcam golos, porque chutam à trave, ou chutam ao poste. Foi precisamente o que fizeram alguns deputados.

Com alguma perplexidade, manifesto a minha incompreensão pela não leitura, e pela confusão que aqui foi feita deliberadamente, entre a tentativa de oposição entre a democracia representativa e o papel do políticos que é aceite e portanto não tem qualquer beliscadura com a proposta que fazemos e a democracia participativa.

Devo dizer, que é um crime confundir a Albania como modelo de democracia participativa, confundir uma ditadura Estalinista, com modelos de democracia participativa, é a mesma coisa que chamar a um amster um tigre da Sibéria

Só para concluir, não há qualquer contradição entre aprofundar os próprios mecanismos da democracia representativa e complementá-la, enriquece-la com mecanismos de democracia participativa. Isto não é nenhuma proposta esquerdista mirabolante, isto é uma prática que é reconhecida e que faz parte de teses de doutoramento de gente de ideologia oposta à minha, e que reconhecem do ponto de vista sociológico, político, reconhecem, até da vossa bancada do vosso próprio partido há intervenções nesse sentido, no sentido de compreender que a democracia representativa não se limita ao voto de quatro em quatro anos.

Quando apresentámos esta proposta, apresentámo-la com a convicção de que ela é boa para a Cidade, que ela é boa para a democracia representativa e participativa. Apresentámo-la com a convicção que ela acrescente a democracia e não que conflitua e também fizemos com convicção que a nossa proposta não tinha intenção nenhuma de ser perfeita, ou de ser um modelo acabado, e parece-me, neste caso concreto, pegando nas propostas que o deputado Pinto Ângelo que acabou de fazer, que merecem todo o nosso acolhimento, porque nunca, em qualquer momento, a nossa proposta pretendeu diminuir as experiências de participação já desenvolvidas, sejam em contexto com as juntas de freguesia, seja em contexto com as associações, antes pelo contrário elas ficam potenciadas, elas são mecanismos para potenciar, e aprofundar mais essa participação, não há qualquer contradição, não sei onde é que foram ver algum fantasma".

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):

"É apenas para esclarecer as questões que foram colocadas, à proposta que apresentámos a esta Assembleia.

Penso que, a primeira já foi tratada pelo deputado Serafim, que é questão da possível conflitualidade entre os órgãos da democracia representativa e este método de democracia participativa.

Comecei a minha apresentação exactamente para dizer que, obviamente ninguém retira a esta Assembleia a competência que tem em aprovar o orçamento. O orçamento que é feito em colaboração estrita com a participação

dos cidadãos e das cidadãs do Município, obviamente que continua a ser aprovado, ou poderá ser rejeitado por esta Assembleia, o executivo também trabalha estritamente com as populações, na elaboração deste orçamento. Portanto, não é alvo que os cidadãos passam como aqui foi dito em roda livre ou sujeitos à manipulação de minorias aguerridas e mal criadas.

Como disse o deputado Pinto Ângelo temos de respeitar, pelo facto de termos sido eleitos, por alguém que nos deu o voto num período de quatro em quatro anos, mas que, nesse período em relação a políticas muito concretas tem alguma coisa a dizer. Quando nós nos apresentamos a eleições de quatro em quatro anos, apresentamos um programa genérico, que é votado e que respeitamos, mas não conhecemos também, como conhecem os munícipes, as situações concretas que vivem e situações concretas que é preciso resolver, é isso que ele nos ajudam a fazer, e é com humildade democrática que temos de aceitar, para melhorar até a nossa capacidade de representar efectivamente os desejos e os interesses daqueles nos elegeram.

Gostava de explicar à deputada Maria Reina que há diferentes, não queremos impôr de maneira nenhuma para a Cidade de Coimbra a um modelo, o que nós propusemos foi a criação de uma comissão que estudasse, muito no sentido de que propôs a bancada do PS, uma comissão que estudasse o modelo, que é viável para Coimbra. A nossa proposta é a criação de uma comissão, que estude realidades semelhantes com as quais devemos apreender, e que se situam na vizinha Espanha, a realidade Ibérica, será certamente aquela que mais se assemelha à nossa. Há muitas cidades de Espanha neste momento a praticar o orçamento participativo.

Isto não é uma proposta que tenha o nome ou a chancela, ou etiqueta Bloco de Esquerda, é uma proposta que não é exclusiva não é propriedade do Bloco de Esquerda, nem a qual o Bloco de Esquerda tenha alguma autoria. Não percebo porque esta referência a Salvaterra de Magos.

Para concluir, apenas salientar a importância que tem as Assembleias de Freguesia, as Juntas de Freguesia e as Comissões de Moradores de toda outra forma de organização dos cidadãos na dinamização das discussões das Assembleias das zonas orçamentarias que deve ser feito.

E de todo o interesse iniciativas como o Sr. Presidente da Junta de Almalaguês disse de dinamizou, não podemos esperar é que a participação seja automática, há uma cultura cidadania de participação que esses mecanismos ajudam a criar e que verificamos nos esquemas apresentados."

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta do PS para criar uma Comissão:

"O Grupo Parlamentar do PS propõe que uma comissão estude possíveis mecanismos de democracia Participativa, adequando os princípios de aprofundamento da democracia a uma sociedade particular como é o Concelho de Coimbra.

Reconhecemos as potencialidades que podem advir da maior participação dos munícipes, mas achamos que devem ser estudadas as realidades e práticas da nossa democracia.

A nossa preferência seria para a indicação de uma freguesia tipo para aplicação.

Assim, propomos uma comissão que tutele no mínimo

Um representante do executivo da Câmara



Presidente da Assembleia Municipal  
Três representantes da Assembleia Municipal  
Três representantes da Juntas de Freguesia"

Terminado o debate sobre este assunto, o Presidente da Assembleia colocou à votação as propostas apresentadas.

Assim, e em primeiro foi colocada à votação a proposta que a seguir se transcreve:

Na preparação das discussão do orçamento e das grandes opções do plano para 2007, se inicie a pratica do elaboração do orçamento participativo

Numa primeira face, constitua para tal uma comissão para o orçamento participativo composta por representantes designados pela Câmara e pela Assembleia Municipal, com a participação ou consulta de especialistas na matéria a qual caberá a sua forma de proposta e tendo em conta.

1) O reforço de meios técnicos e financeiros e das competências dos órgãos eleitos mais próximos dos cidadãos as juntas de freguesia;

2) O alargamento a todas as áreas de vereação a pratica de diálogo com, ou fomento de participação de associações de moradores, ou outras de interesse específico;

Definir a incidência do orçamento participativo, no que diz respeito á percentagem do orçamento global e aos âmbitos das opções de investimento a submeter á decisão dos cidadãos e cidadãs;

Definir zonas territoriais, na base as quais se constituirá uma rede de Assembleias de cidadãos e de cidadãs, para discutir o orçamento participativo centrado sobre a escolha de investimentos que interessam a cada zona;

Definir a constituição e o mau funcionamento de um Fórum da cidade, a qual caberá a discussão do orçamento de investimentos, para áreas e projectos transversais, que digam respeito a toda a cidade. Como por exemplo, a organização da cidade desse desenvolvimento urbano, entre outras coisas mobilidade de transportes, cultura, desporto e lazer.

Estruturar o modulo de organização e articulação de assembleias populares, entre si ou com fórum da cidade, bem como o modulo de processamento da discussão dos diversos patamares;

Definir outras questões pertinentes no quadro da implementação do orçamento participativo;

Abrir a proposta inicial elaborada pela comissão, à discussão pública e na sequência desta, concretizar uma proposta final global, a qual deve ser submetida a Assembleia Municipal para apreciação e aprovação;

Numa segunda fase, constituir um gabinete participativo, composto com representantes da Câmara da Assembleia Municipal, com a função de por em pratica e assegurar o funcionamento do orçamento participativo nos moldes definidos pela comissão, aprovados pela Assembleia Municipal. As instalações com meios recursos deste gabinete devem ser garantidos pela Câmara Municipal:

È eliminado o último parágrafo, meus senhores é esta a proposta que está á votação."

Posto à votação a Assembleia Municipal deliberou com 41 votos contra, 2 abstenções, 10 favor rejeitar esta proposta.

Seguidamente foi colocada à votação a proposta de criação de uma comissão, apresenta pelo PS.

A Assembleia Municipal deliberou com trinta votos contra, doze a favor e oito abstenções, reprovou esta proposta.

Declaração de voto do Presidente de Junta de S. Bartolomeu:

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal peço encarecidamente que não deixe tornar estas Assembleias tão enfadonhas como estão a ser.

Isto começa a criar nas pessoas um espírito que parece o clube do berlinda. Não pode ser, isto é um órgão muito sério e as coisas têm de ser tratadas com seriedade. Peço desculpa a V. Ex<sup>a</sup> mas terá de compreender, limitar o tempo e exigir que assim o seja, porque isto assim não é nada, as pessoas saem daqui cansadas sem necessidade nenhuma.

Votei contra a comissão, porque mais uma vez, as juntas de freguesia, não sei porquê, mas nós somos sempre o parente pobre nestas questões, nestas e nas outras e também que estou farto de aqui bater. Penso que, de uma vez por todas, os senhores deputados eleitos para a Assembleia Municipal, quando criarem comissões lembrem-se sempre, que existe nesta sala também Presidentes de Junta democraticamente eleitos.

O meu voto contra, de facto é por esta razão, porque a proposta da CDU, que foi apresentada naquela dita comissão, nos dois ou três elementos não vinculava isso.

Portanto, não aceito que se criem comissões, só por criar comissões, é que são coisas que não são praticadas nem viáveis."

Relativamente a este assunto o Presidente da Mesa retorquiu que da próxima vez os coordenadores de cada grupo no começo de cada sessão dissessem os nomes dos deputados que vão falar.

Sobre isto o deputado Reis Marques informou o Presidente da Assembleia que todas as intervenções do Grupo Municipal do PS foram programadas, todos tinham ordem para poderem falar sobre os assuntos que falaram.

Declaração de voto do deputado Maló de Abreu:

"A nossa declaração de voto no fundo baseia-se num conjunto de intervenções que aqui fizemos, e penso eu, clarificaram a nossa posição sobre este assunto, a que eu escuso naturalmente de repeti-las.

Nós votamos também contra, a proposta do Partido Socialista, porque sabendo ou compreendendo nós, as dificuldades que existem hoje, face ao facto de tanto se falar em participação dos cidadãos, em participação mais activa da política dos cidadãos, e isto ter levantado uma onda de preocupação e nomeadamente ter abanado com o Partido Socialista, nós não vimos grande diferença entre a proposta que foi feita pelo Partido Socialista, e a proposta que foi feita pelo Bloco de Esquerda, no essencial o sumo das propostas, elas eram relativamente parecidas."

Ainda pelo Dr. Maló de Abreu foi proposto que o último ponto da ordem de trabalhos passe naturalmente para a próxima sessão. Há um acordo entre os grupos municipais, de que invariavelmente as Assembleias terminavam às 8 horas e que as pessoas a partir daí tinham compromissos. Sendo assim, o ponto

Regimento da Assembleia Municipal - propostas de alteração passou para uma próxima Assembleia.

Declaração de voto do deputado Vassalo de Abreu:

"È só para contraditar um pouco o que o Sr. deputado Maló de Abreu acaba de dizer. A intervenção do meu colega Reis Marques foi muito clara, a nossa cultura democrática dá primazias sem qualquer margem para dúvidas à democracia representativa, e o que nós deixámos na nossa proposta, foi uma janela aberta para uma experiência piloto, numa freguesia para equacionar viabilidade prática e as virtualidade da democracia participativa proposta através do chamado orçamento participativo. Não mais do que isto!"

Declaração de voto do deputado Ferreira da Silva

"Votei contra a proposta do Bloco de Esquerda por entender que ela, quer nos seus considerandos, quer nos seus fundamentos submetia as razões da democracia representativa."

E sendo vinte e uma horas, o Presidente da Assembleia encerrou a sessão da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.